

Relatório do Conselho de Administração

2016

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
CNPJ 75.568.154/0001-83



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

ASSOCIADOS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2016.

Em conjunto com as demonstrações contábeis societária e regulatórias elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, legislação societária brasileira, e Manual de Contabilidade do setor elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Coopermila para a sociedade parceiros associados e consumidores.

Ata da reunião do conselho de administração que estabeleceu as diretrizes para as estimativas e provisões aplicadas ao balanço societário.

Ata da assembleia geral ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2016.

Publicação na home-page www.coopermila.com.br para acesso de associados, consumidores e sociedade forma a consolidar a transparência da gestão.

CARTA DO PRESIDENTE

CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller - Coopermila manteve sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, ampliando seus conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados nos de 45 anos de sua existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº 017/2008, de 12 de dezembro de 2008, representa a continuidade e regulamentação da empresa em nossa área de atuação garantindo a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão de 20 (vinte) anos deveria ser alterado para 30 (trinta) anos com cláusula contratual de prorrogação por igual período o que expressa uma conquista significativa do cooperativismo brasileiro instituída pela Lei nº 12.111 de 09/12/2009.

Em 2016, apesar do mau desempenho da economia na área da permissão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 13,34% com relação à 2015 atingindo o patamar de 6,88 GWh (6,07 GWh em 2015). O segundo grande setor é rural que manteve seu volume de distribuição em relação a 2015. Somada, a demanda dos dois setores representa 96,35% de toda a energia comercializada pela Coopermila em 2016 (96,26% em 2015).

O mercado da classe rural manteve-se estático sem crescimento de consumo tendo desestimulado os investimentos na agroindústria rural principalmente no segmento de criação de aves.

O consumo do setor industrial continua ainda o maior representando 52,23% de toda a energia comercializada pela permissionária em 2016.

A recuperação do sistema elétrico de distribuição foi concluída de conformidade com as metas aprovadas nas últimas assembleias gerais alcançando melhoramento a qualidade dos serviços e o relacionamento com os associados consumidores.

O exercício social registrou um aumento nas tarifas visto que a permissionária passou por revisão tarifária periódica do segundo ciclo com a redução de 25% do desconto das tarifas de suprimento acompanhado da aplicação das bandeiras tarifárias o que resultou em apreensão e descontentamento aos associados e consumidores de todas as classes de consumo.

Os programas sociais estabelecidos no planejamento anual foram todos cumpridos e ampliados alcançando os objetivos e marcando mais um ano de nossa característica de empresa cidadã.

A administração com austeridade promoveu de forma igualitária o desenvolvimento aos associados e consumidores de sua área de atuação com objetivo manter melhores perspectivas sociais.

O conselho de administração vem revendo periodicamente as disposições do planejamento estratégico em vigência.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ambiente macroeconômico

O mundo em 2016 continuou a viver um período conturbado tanto em termos sociais quanto econômicos. O aumento expressivo do número de refugiados de guerra e a ocorrência de ameaças terroristas demonstram os desafios a serem enfrentados na atualidade.

Economicamente, o período foi caracterizado por uma deterioração de importantes economias emergentes, contrapondo os melhores resultados de alguns países desenvolvidos. O fraco desempenho do comércio internacional, o menor fluxo de capitais e a queda dos preços de commodities são alguns dos motivos que explicam o crescimento da economia mundial.

O crescimento moderado da Europa está enfrentando fatores desfavoráveis, do crescimento mais lento dos mercados emergentes como a China, do comércio global mais fraco e das tensões geopolíticas vizinhas à Europa.

O Brexit (saída da Grã-Bretanha na União Europeia) escolheu post-truth, "pós-verdade", Dicionário Oxford (Oxford Dictionaries) como palavra internacional do ano de 2016, refletindo o que chamou de 12 meses "politicamente altamente inflamados".

Segundo a ONU em seu relatório aponta que a economia mundial cresceu 2,2% em 2016, a menor taxa desde a recessão de 2009.

Para o ano de 2016 a expectativa de crescimento da economia mundial é de 2,7% registrando uma enorme preocupação aos mercados financeiros.

O ano de 2016 foi dramático para nossa economia brasileira.

A porta que se fechou para o sonho da prosperidade.

"A produção continua em queda muito acentuada. Uma consequência disso é que o desemprego continua crescendo. A inflação, teimosamente, com toda essa crise e a continua relativamente alta

O ano de 2017 começa com a expectativa do impacto das medidas de incentivo econômico anunciadas pelo governo. E, com uma inflação dentro do teto da meta, há espaço para novas reduções da taxa de juros. Dá para ver o horizonte da recuperação, mas ele ainda está longe.

Tarifas de energia

As tarifas de fornecimento atuais em vigor estabelecidas na resolução homologatória Aneel nº 2.150 de 27 de setembro de 2016 permanecem até o reajuste tarifário previsto para 29 de setembro de 2017.

Investimento remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e almoxarifado de operação, deduzida às obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultando no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela "B" da receita requerida pela permissionária, dados demonstrados em nota explicativa.

O PRORET 8.4 consolidado na resolução normativa ANEEL nº 704 de 22 de março de 2016 estabeleceu novas condições as permissionárias para cálculo da parcela "B"

A natureza jurídica cooperativas determina uma variável significativa na base de remuneração, considerando que são sociedades regidas por lei específica a que se observar o disposto no texto da Lei nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971:

"Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro".

A característica sem fins lucrativos é uma determinante do princípio cooperativista que consolida o atendimento prioritário ao interesse social.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Coopermila - Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller distribui energia elétrica na área rural do município de Lauro Müller com poligonais envoltentes no município de Orleans e Urussanga atendendo 1.161 associados consumidores em sua área de permissão. Não atendendo consumidores livres.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 33 novas ligações com destaque 7 residenciais, 26 rurais, registrando o desligamento de 1 consumidor da classe industrial totalizando 1.161 consumidores atendidos pela permissionária, número 2,83% superior ao de 2015.

Número de consumidores

Classe	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	136	159	160	158	165
Industrial	6	5	5	5	4
Comercial	28	31	33	31	31
Rural	835	847	883	916	942
Poderes públicos	16	16	16	16	16
Iluminação pública	1	1	1	1	1
Serviço público	2	2	2	2	2
Total	1.024	1.061	1.100	1.129	1.161
Varição	6,00%	3,61%	3,68%	2,64%	2,83%

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da permissionária no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 13,17 GWh (12,30 GWh em 2015). Registrando um aumento de 7,07% no exercício.

O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foram o industrial. A classe industrial foi a que teve maior crescimento, com 13,34%, que se deve ao aumento da extração de carvão mineral na área de atuação. A classe rural apresentou aumento de 0,69% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor apresentou um tímido crescimento no último ano. O mau desempenho deve-se, principalmente, a crise resultante da agroindústria de produção de aves e suínos.

A classe residencial apresentou uma relevante evolução porém não é significativa para a permissão visto que a área de atuação da permissionária abrange na maioria consumidores com características rural.

Mercado Atendido

Mercado atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	11,28	11,94	11,55	12,30	13,17
Fornecimento	11,28	11,94	11,55	12,30	13,17
Residencial	0,15	0,19	0,24	0,23	0,24
Comercial	0,06	0,06	0,09	0,10	0,10
Industrial	6,35	6,71	5,98	6,07	6,88
Rural	4,59	4,85	5,12	5,77	5,81
Poderes Públicos	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Iluminação Pública	0,11	0,11	0,10	0,10	0,12
Serviço Público	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Total	11,28	11,94	11,55	12,30	13,17

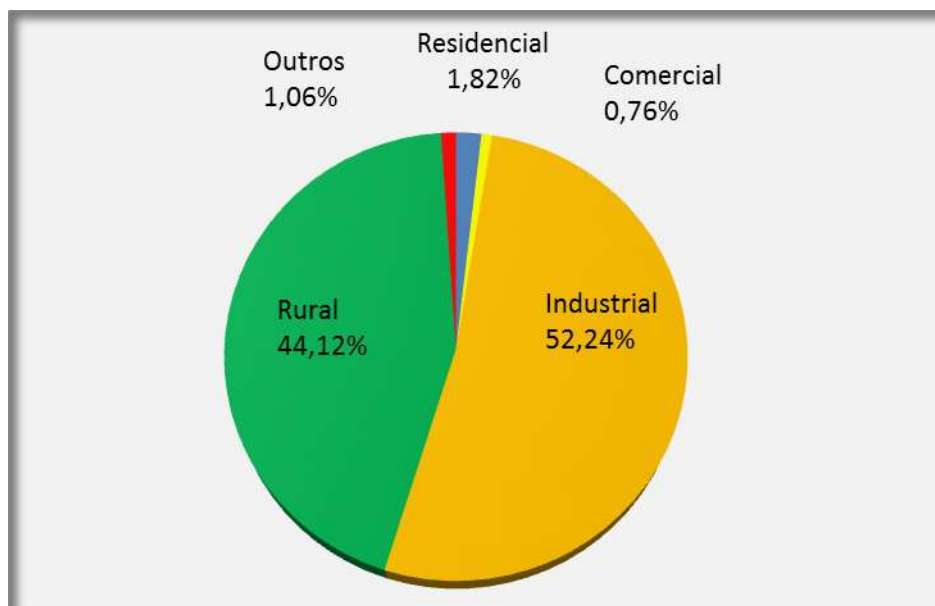
Variação	13,52%	5,85%	(3,27%)	6,49%	7,07%
-----------------	---------------	--------------	----------------	--------------	--------------

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentou um crescimento em 2016 para 2015. Esta situação ocorre em função de ajuste de calendário de leituras.

Balanco Energético

Energia Requerida	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia					
Fornecimento	11,28	11,94	11,55	12,31	13,17
Consumidores livres	-	-	-	-	-
Energia contratual	-	-	-	-	-
Energia de curto prazo	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	11,28	11,94	11,55	12,31	13,17
Perdas Técnicas	0,77	0,79	0,46	0,54	0,67
Perdas Não Técnicas PNT	0,11	0,11	0,06	0,08	0,09
Perdas Totais	0,88	0,90	0,52	0,62	0,76
PT /Energia Requerida	7,24	7,01	4,31	4,80	5,46
Total	12,16	12,84	12,07	12,93	13,93

Consumo por classe de consumidores

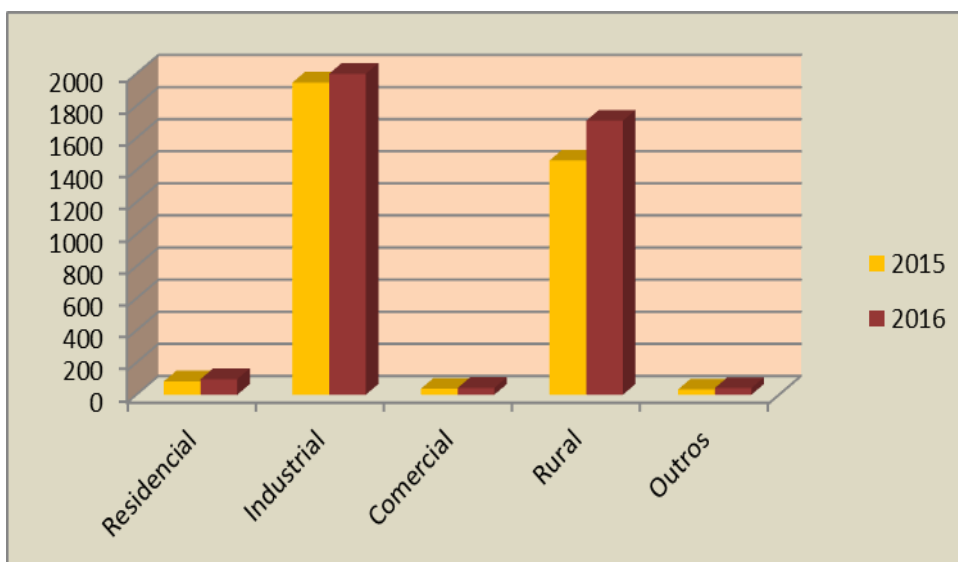


Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 4.187 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2016	2015	%
Residencial	97	83	16,87
Industrial	2.300	1.945	18,25
Comercial	42	37	13,51
Rural	1.707	1.459	17,00
Outros	32	32	28,13
Total	4.187	3.556	17,74

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 2,83 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2016	2015	%
Residencial	165	158	4,43
Industrial	4	5	(20,00)
Comercial	31	31	-
Rural	942	916	2,84
Outros	19	19	-
Total	1.161	1.129	2,83

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 317,82/MWh, com aumento de 11,54% com relação a dezembro de 2015.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2016	2015
	R\$/MWh	R\$/MWh
Residencial	407,43	357,70
Industrial	334,39	320,16
Comercial	415,18	367,78
Rural	293,96	252,84
outros	340,51	300,30
Média	317,82	314,20

Composição das tarifas

Composição da tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
Impostos					
PIS	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
ICMS	76,04	109,45	117,03	74,11	91,35
Taxas					
Fiscalização	0,53	0,53	0,53	0,53	0,53
CDE	44,66	44,66	44,66	44,66	44,66
PEE e P&D	2,09	2,09	2,09	2,09	2,09
Custo da energia comprada para revenda	159,54	159,54	159,54	159,54	159,54
Encargos de uso da rede elétrica	57,84	57,84	57,84	57,84	57,84
Despesas de pessoal	50,05	50,05	50,05	50,05	50,05
Outras despesas operacionais	105,37	105,37	105,37	105,37	21,35
Tarifa bruta da permissionária (*)	496,12	529,53	537,11	494,19	427,41
Resultado médio	483,48	443,83	532,21	366,08	365,40

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	Dec (horas)	Fec (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2012	22,19	18,63	93,56
2013	26,40	15,79	75,96
2014	19,74	15,73	94,40
2015	15,56	12,30	70,11
2016	38,14	12,63	1,55

Atendimento ao consumidor

em 2016 o programa de recuperação e ampliação do sistema de distribuição, concluiu o objetivo de, transformar todo o sistema de distribuição em circuitos trifásicos.

Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2016, foram mantidos os sistemas operacionais com as atualizações necessárias.

Novos negócios e parcerias

No novo ambiente empresarial e de mercado em que a coopermilla opera, é fundamental assegurar maior competitividade e melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

No entanto como a permissionária tem sua área de atuação pequena e toda eletrificada tem voltado seus esforços para o bem estar de seus associados.

Participações:

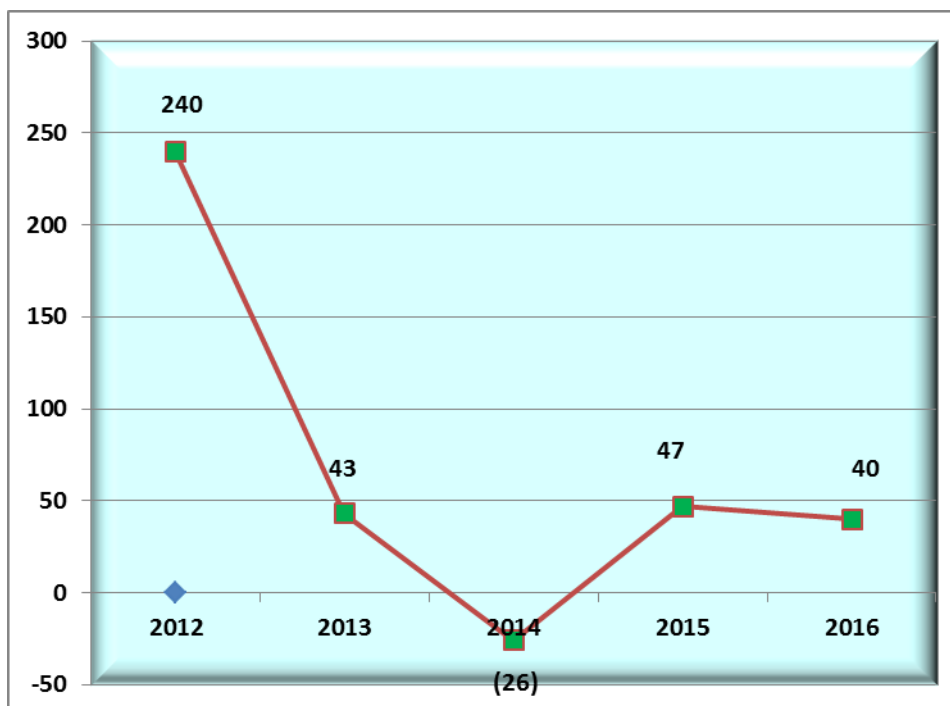
Empresas	Investimento (em R\$ Mil)	Participação da permissionária (em %)	Negócio
SC - Geracoop	5	*	Investimentos
Fecoerusc	4	*	Associação
Cresol	3	*	Cooperativa
TOTAL	12	*	*

A participação não é caracterizada em percentagem visto que a lei 5.764/71 rege estas entidades associativas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

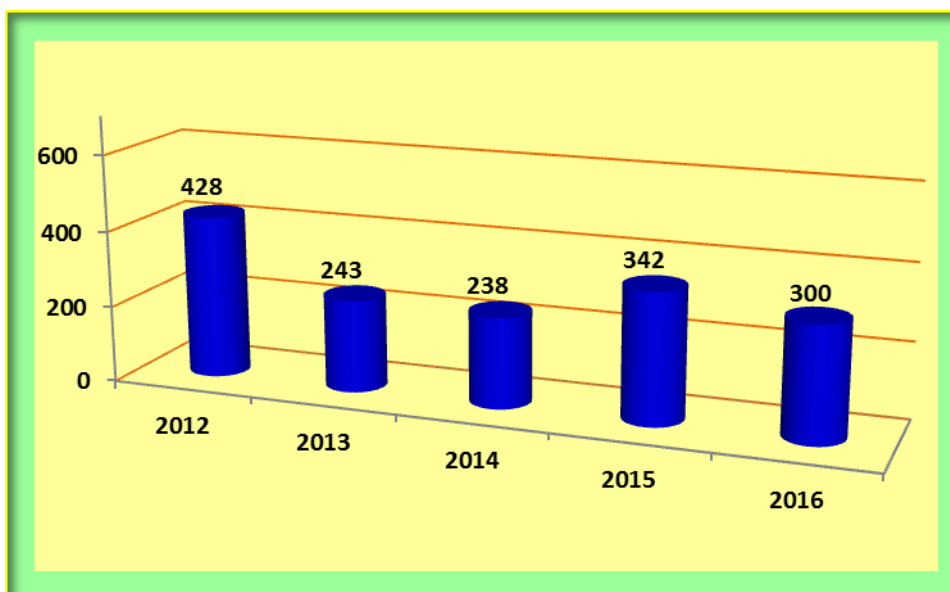
Em 2016 a sobra líquida apurada e submetida à assembleia foi de R\$ 40 mil, contra perdas de R\$ 47 mil em 2015.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 4.838 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 4.158mil. Esse aumento de 20,07 % resulta dos efeitos da reajuste médio tarifário que em 2015 e revisão tarifaria periódica de 2016. As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo.



As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 4.953 mil, 20,07% superiores em relação à 2015, destacando-se os custos com: aquisição de energia elétrica 24,41% e ocusto com pessoal que tiveram um crescimento de 24,27% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 0,74% contra 0,88% em 2015.

O **EBITDA ou LAJIDA**, sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 300 mil, inferior em 12,28% a 2015, que foi de R\$ 342 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos

No exercício os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 175 mil, 5,42% superiores em relação a 2015, dos quais R\$ 158 mil foram realizados em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Cooperativa estima um investimento total de R\$ 1.479 mil.

Classe	2016	2015	%
Imobilizado	17	64	26,56
Obras de distribuição	158	102	54,90
Total	175	166	5,42

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS									
Distribuição - Maquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2016					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
AIS Bruto									
Transformador de Distribuição	121	43	40	78	80	79	98	98	
Medidor	20	11	14	6	6	6	8	9	
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	35	109	109	65	66	71	91	74	
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	66	203	204	135	122	120	148	119	
Redes Alta Tensão (69 kV)			-	-	-	-	-	-	
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)			-	-	-	-	-	-	
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)			-	-	-	-	-	-	
Subestações Média Tensão (primário de 30 kV a 44 kV)			-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)			-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV)			-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)			-	-	-	-	-	-	
Demais Máquinas e Equipamentos			-	-	-	-	-	-	
Obrigações Especiais do AIS Bruto									
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização									
Outros									
Originadas da Receita									
Ultrapassagem de demanda									
Excedente de reativos									
Diferença das perdas regulatórias									
Outros									
Outros									

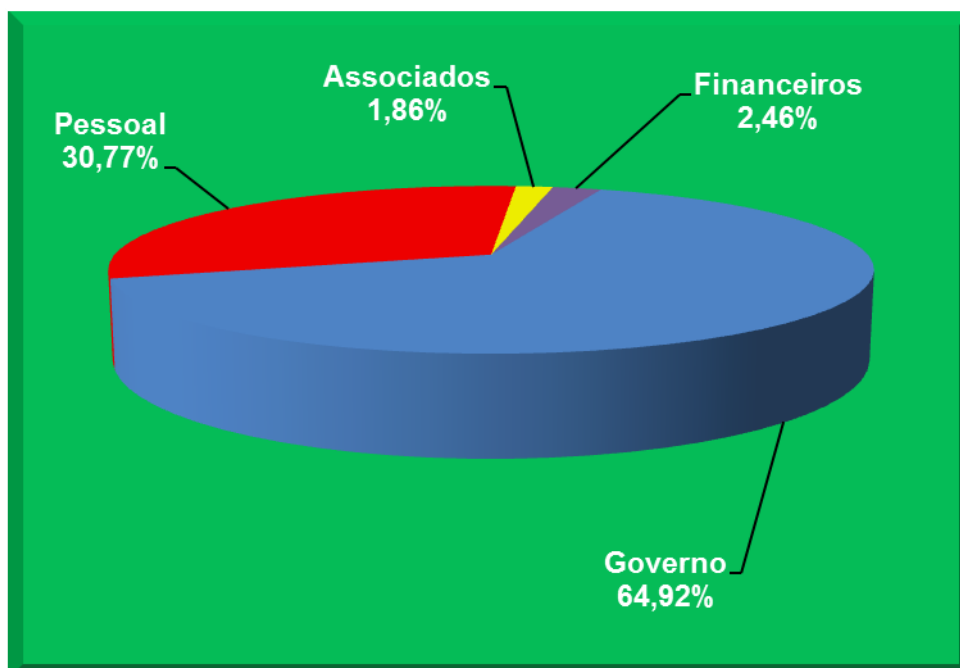
COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO						
R\$ Mil	2016R	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos em 2016	428	284	274	276	345	300
R\$ Mil	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	
Plano de Investimentos em 2015	367	359	321	337	337	
Diferença	17%	-21%	-15%	-18%	2%	

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 175 mil em recursos de oriundos da quota de reintegração e fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição.

Valor adicionado

Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 2.155 mil, representando 32,05% da receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



RELAÇÃO COM ASSOCIADOS

Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados é garantido estatutariamente a decisão sobre as sobras líquidas apuradas.

Entretanto, a permissionária atendendo a legislação cooperativista constituiu reserva legal de 10% da sobra líquida do exercício, cuja utilização visa a cobertura de perdas futuras.

Também constituiu o fundo Fates de 10% e o Fundo de expansão e manutenção do sistema elétrico de 50% cuja destinação de ambos é a prevista no estatuto social.

O saldo remanescente da sobra líquida do exercício foi integralizado a o Fates de modo a garantir a manutenção dos programas sociais mantidos pela permissionária.

Composição das quotas de capital social

Número de associados	
Total de associados em dezembro de 2015	1.113
(+) Admitidos em 2016	63
(-) Demitidos em 2016	25
(-) Eliminados em 2016	-
(-) Excluídos em 2016	9
Total	1.142

O capital social da permissionária em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 270 Mil, composto por 278.869 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	Legislação Societária	
	2016	2015
Capital subscrito	279	267
(-) Capital a realizar	9	6
Total	270	261

Comportamento do preço das quotas

De janeiro a dezembro de 2016, as quotas mantiveram os preços estabelecidos no estatuto social em seu artigo 15º consolidado na reforma estatutária realizada no dia 02 de setembro de 2016.

Atendimento a associados

Como empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária mantém a disposição dos seus associados consumidores, serviço de atendimento, instalado na sede social, sito a Rua vinte de janeiro, 418 – Lauro Müller – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6437101 e 48-34643060, com atendimento 24 horas.

Relações com o mercado

Ao longo do ano, a cooperativa atendeu seus associados consumidores com serviços sociais. E também realizou assembleia geral com a participação de familiares dos associados.

Durante o exercício foi promovido reunião em todas as localidades da área de atuação com significativa participação do quadro social.

GESTÃO

Administração:

A Coopermila mantém sua estrutura organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de venda de energia elétrica para garantir aos consumidores que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

O planejamento que a permissionária executa é monitorando constantemente e para obtenção de êxito seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico são revistas periodicamente.

A permissionária define suas ações com base no planejamento estratégico por meio de cenários alternativos.

Essa decisão administrativa proporciona o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade criando um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Tendências identificadas serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

A visão facilitada pelo planejamento possibilitou que a permissionária suportar as variações de mercado e tarifaria ocorrida no exercício.

Gestão pela qualidade:

Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão foram exitosas resultando na Certificação da ISO 9.001 aos serviços comerciais.

Recursos humanos

Em 2016 a permissionária não investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, porém através de convenio com a SESCOOP os colaboradores tiveram reembolso em 50% de seus gastos com educação.

Observa –se que o quadro de empregados da permissionária continua sem alteração nos últimos anos.

Responsabilidade social

A permissionária continua a priorizar seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Permissionária em números

Dados operacionais	2016	2015	%
Linhas de distribuição (km)	213,50	211,32	1,03
Capacidade instalada (MVA)	11,25	11,00	2,28

Indicadores de desempenho	2016	2015	%
Salário médio dos funcionários em R\$ (mil)	3,69	3,46	6,65
Energia comprada por funcionário em MWh	1.266,58	1.175,46	7,75
Energia comprada por consumidor em MWh	12,00	10,45	4,80

Mercado	2016	2015	%
Área de permissão (Km²)	223,26	223,26	-
Demanda máxima (MW)	3.980	3.058	30,15
Distribuição direta (MWh)	13.932	12.306	13,21
Consumo rural médio (MWh/ano)	6,30	6,30	(3,49)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	317,82	288,92	10,00
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	407,43	357,70	13,90
Industrial	334,39	320,16	4,44
Comercial	415,18	367,78	12,89
Rural	293,96	252,84	16,26
Poderes públicos	414,96	369,38	12,34
Iluminação pública	252,13	222,49	13,32
Serviços públicos	354,44	309,02	14,70
DEC (horas) – Conjunto – Lauro Müller	38,14	15,66	145,12
FEC (nº de interrupções) Conjunto – Lauro Müller	12,63	12,30	2,68
População atendida – Rural (em milhares)	3,8	3,6	5,56
Número de reclamações para 1.100 consumidores	240	203	18,23

Dados financeiros	2016	2015	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	6.722	5.743	17,05
Receita operacional líquida (R\$ mil)	4.838	4.158	16,35
Margem operacional do serviço líquida (%)	0,97	1,13	(14,06)
EBITDA ou LAJIDA	300	342	(12,28)
Sobras líquidas (R\$ mil)	40	47	(14,89)
Sobras líquidas por lote de 1000 quotas (R\$ mil)	0,04	0,05	280,77
Patrimônio líquido (R\$ mil)	5.380	5.353	0,50
Valor patrimonial do lote de mil quotas (R\$ mil)	1	1	-
Rentabilidade do patrimônio líquido	0,74	0,88	(15,32)
Endividamento do patrimônio líquido	27,66	26,71	3,53

DESEMPENHO COMERCIAL

Serviços executados

Redes de distribuição	Redes novas/reforma	
	Alta tensão	Baixa tensão
Área de atuação	5,5	4

Subestações

Municípios	Transformadores	
	Implantados	Substituídos
Área de atuação	9	18

Alimentadores

As atividades planejadas que permite atender todas as normas de controle de qualidade a escolha visando a melhor alternativa de expansão, melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e no atendimento dos consumidores foram realizadas ao longo do exercício.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de distribuição foram executados com equipes especializadas, própria e eventualmente de terceiros melhorando os índices de qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Troca de medições

No período foram executados 48 serviços de troca de medição sem que os custos de mão de obra fossem repassados ao associado.

Vistorias

O serviço de vistorias e troca de medições nas unidades consumidoras é uma constante o que reduz as perdas elétricas do sistema de distribuição.

O setor comercial manteve a priorização a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, com a utilização de medição eletrônica nas indústrias foram ações que permitem maior segurança e uma melhor análise dos dados dos consumidores.

Iluminações públicas

A manutenção a iluminação pública sem ônus aos consumidores e associados inclusive não medindo esforços para ampliar o atendimento deste serviço com uma iluminação condizente registrando 106 atendimentos anuais.

Plantão

A central de operação de distribuição atendeu a 295 chamadas nas diversas localidades atendidas resultando as várias ocorrências, em serviços de correção no sistema de distribuição e também orientação do consumidor nos procedimentos corretos para o uso da energia elétrica.

Balanco energético - Janeiro a dezembro/2016.

A Coopermila permissionária adquiriu da supridora Celesc Distribuição S/A o total de 13.932 MWh/ano incluídos os montantes da energia do PROINFA (Programa de incentivo as fontes alternativas de energia elétrica) e distribuiu o equivalente a 13.174 MWh /ano com um percentual de perdas de 5,44 %.

Várias obras foram executadas no sistema de distribuição de energia elétrica, para dar maior segurança e confiabilidade ao sistema, garantindo uma melhor qualidade na energia distribuída.

Os índices de qualidade estabelecidos estão ajustados de forma a apresentar a realidade das interrupções de fornecimento.

A continuidade do serviço de manutenção preventiva e corretiva tem evitado e reduzido

desligamentos sucessivos.

PLANO DE ATIVIDADES – 2017

Distribuição

Redes

Manutenção do plano de deslocamento de redes e ramais para as margens das rodovias e estradas municipais.

Manter as ampliações necessárias ao sistema de distribuição para atender plenamente o aumento de demanda sendo que a área de atuação da permissão possui serviço universalizado.

Realização de obras nas localidades de Vargem Grande, Morro da Palha, Rocinha, Rio Amaral I e Novo Horizonte de forma a atender as necessidades locais.

Continuidade ao incentivo do uso racional energia elétrica em nossa área de atuação garantindo qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Transformadores

Continuar a efetivar a aquisição de novos transformadores para implantação nos pontos críticos em que a tensão de fornecimento não atende as normas de qualidade no fornecimento aos associados.

Comercialização

Implantar agencia virtual

Ampliar os controles para monitorar o atendimento de forma a melhorar as metas de desempenho comercial.

Administração

Concluir a emissão de carteira de identificação aos associados.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José – SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2016.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que se mantiveram unidos nas questões de interesse da **Coopermila**.

Ao quadro funcional pelo empenho e dedicação, que conseguiu executar as atividades necessárias ao bom desempenho da permissão.

A todos que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária são seguramente a garantia do objetivo alcançado.

Ao associado consumidor que participou intensamente de todas as atividades da permissionária expressando confiança e na árdua luta de consolidação do ideal cooperativo.

Lauro Müller - SC, 10 de Janeiro de 2017.

Alcimar Damiani de Bida
Presidente

Genivaldo da Silva
Secretário

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
ATIVO			
Circulante		1.215	1.293
Caixa e equivalentes de caixa	5	14	27
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6	303	341
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	546	586
Serviços em curso	8	-	5
Tributos a compensar	9	20	16
Depósitos judiciais	10	8	8
Estoque	11	197	196
Ativos regulatórios	12	3	2
Despesas pagas antecipadamente	13	3	14
Outros ativos circulantes	14	121	98
Não Circulante		5.653	5.490
Realizável a longo prazo		2.433	2.240
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	374	399
Tributos a compensar	9	12	11
Ativos financeiros da permissão	15	1.182	967
Bens destinados a alienação	16	865	863
Imobilizado	17	1.657	1.705
Intangível	18	1.563	1.545
TOTAL DO ATIVO		6.868	6.783

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
PASSIVO			
Circulante		1.061	1.017
Fornecedores	19	360	428
Empréstimos e financiamentos	20	1	-
Obrigações sociais e trabalhistas	21	87	43
Tributos	22	118	133
Provisões para litígios	23	21	33
Encargos setoriais	24	123	138
Passivos regulatórios	25	327	222
Outros passivos circulantes	26	24	20
Não Circulante		427	413
Provisões litígios	23.1	383	383
Obrigações vinculadas a permissão	27	44	30
TOTAL DO PASSIVO		1.488	1.430
Patrimônio líquido	28	5.380	5.353
Capital social	28.1	270	261
Ajustes de avaliação patrimonial	28.2	2.003	2.006
Reservas de sobras	28.3	3.095	3.072
Sobras a disposição da AGO	28.4	12	14
TOTAL DO PATRIMÔNIO		5.380	5.353
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.868	6.783

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedit
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
Receita operacional	29	6.722	5.743
Fornecimento de energia elétrica		5.368	4.587
Serviços cobráveis		1	1
Doações, contribuições e subvenções		794	674
Outras receitas operacionais		559	481
(-) Deduções da receita operacional	30	1.884	1.585
ICMS		1.227	1.040
Encargos do consumidor		657	545
(=) Receita operacional líquida		4.838	4.158
(-) Custo do serviço de energia elétrica	31	4.953	4.125
Energia elétrica comprada para revenda		2.102	1.587
Encargo de uso do sistema de distribuição		762	715
Custo de operação	32	2.089	1.823
Pessoal		659	524
Administradores		155	131
Material		154	132
Serviços de terceiros		255	260
Seguros		4	3
Tributos		21	28
Depreciação e amortização		207	220
Gastos diversos		576	475
Outras despesas operacionais		58	50
(=) Sobra bruta		(115)	33
(+/-) Receita (despesa) financeira	33	155	14
(=) Resultado operacional		40	47
(-) Contribuição social	34	-	-
(-) Imposto de renda	35	-	-
(=) Sobras do exercício		40	47

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associados	N/associados	Consolidado
Receita operacional	6.722	-	6.722
Fornecimento de energia elétrica	5.368	-	5.368
Serviços cobráveis	1	-	1
Doações, contribuições e subvenções	794	-	794
Outras receitas operacionais	559	-	559
(-) Deduções da receita operacional	1.884,00	-	1.884
ICMS	1.227	-	1.227
Encargos do consumidor	657	-	657
(=) Receita operacional líquida	4.838	-	4.838
		-	
(-) Custo do serviço de energia elétrica	4.953	-	4.953
Energia elétrica comprada para revenda	2.102	-	2.102
Encargo de uso do sistema de distribuição	762	-	762
Custo de operação	2.089	-	2.089
Pessoal e administradores	814	-	814
Material	154	-	154
Serviços de terceiros	255	-	255
Seguros	4	-	3.438
Tributos	21	-	39
Depreciação e amortização	207	-	207
Gastos diversos	576	-	576
Outras despesas operacionais	58	-	58
(=) Sobra operacional bruta	-115	-	-115
		-	
(+/-)Receita (despesa) financeira	155	-	155
(=) Sobras antes da IRPJ/CSLL	40	-	40
(-) Contribuição social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício	40	-	40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
SOBRA/PERDA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	40	47
(+/-) Resultados abrangentes	-	-
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8 - IT 01	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	40	47
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	-	-
BASE PARA DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	40	47
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - 10%	4	5
FATES - Art. 47, inc. II - 10%	4	5
Fundo exp. manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - 50%	20	23
FATES - Operações com terceiros	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL	12	14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						Total
	Capital social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de sobras			Saldo a disposição da AGO	
			Reserva legal	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	254	2.007	1.481	1.583	3	(25)	5.303
Capital social							
Integralização de quotas	12	-	-	-	-	-	12
Capital a integralizar	(5)	-	-	-	-	-	(5)
Devolução de capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	(2)	(26)	-	(41)	26,00	(43)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	14	14
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	5	-	-	-	5
Fates	-	-	-	-	42	-	42
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	24	-	-	24
Saldos em 31 de dezembro de 2015	261	2.005	1.460	1.607	4	15	5.352
Capital social							
Integralização de quotas	16	-	-	-	-	-	16
Capital a integralizar	(7)	-	-	-	-	-	-7
Devolução de capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	(2)	-	-	(24)	(15)	(41)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	12	12
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	4	-	-	-	4
Fates	-	-	-	-	24	-	24
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	20	-	-	20
Saldos em 31 de dezembro de 2016	270	2.003	1.464	1.627	4	12	5.380

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.016	2.015
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	40	47
Ajustes a sobra líquida		
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	207	220
Depreciação e amortização	207	220
Resultado ajustado do exercício	247	267
Redução (aumento) no ativo circulante	27	(86)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	40	(131)
Serviços em curso	5	(5)
Tributos a compensar	(4)	7
Depósitos judiciais	(8)	
Estoque	-	(27)
Ativos regulatórios	(3)	-
Despesas do exercício seguinte	10	(12)
Outros ativos circulantes	(13)	82
Aumento(redução) no passivo circulante	44	264
Fornecedores	(68)	(26)
Obrigações sociais e trabalhistas	44	16
Empréstimos e financiamentos	1	-
Tributos	(15)	23
Provisões para litígios	(12)	(59)
Encargos setoriais	(15)	77
Passivos regulatórios	105	222
Outros passivos circulantes	4	11
Redução (aumento) no ativo não circulante	(191)	(140)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	25	25
Tributos a compensar	(1)	1
Ativo reversível da permissão	(215)	(166)
Aumento(redução) no passivo não circulante	14	6
Provisões para litígios	-	(1)
Obrigações vinculadas a permissão	14	7
Caixa oriundo das atividades operacionais	141	311
Atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	(17)	(64)
Aplicações no intangível	(158)	(102)
Total das atividades de Investimento	(175)	(166)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	9	7
Reserva de ajustes patrimoniais	(3)	(2)
Utilização reserva fates	(23)	(8)
Utilização de reservas	-	4
Total das atividades de Financiamento	(17)	1
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(51)	146
Saldo inicial de caixa	368	222
Saldo final de caixa	317	368
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(51)	146

Alcimar Damiani de Bida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC-029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
Receitas	6.065	5.198
Venda de energia e serviços	5.368	4.587
Serviços cobráveis	1	1
Doações contribuições e subvenções	794	674
Outras receitas	559	481
Encargos setoriais	(657)	(545)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	3.911,00	3.222,00
Insumos consumidos	2.864	2.302
Serviços de terceiros	255	260
Materiais	154	132
Outros	638	528
(=) Valor adicionado bruto	2.154	1.976
(-) Quotas de reintegração	207	220
Depreciação, amortização e exaustão	207	220
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.947	1.756
(+) Valor adicionado recebido em transferência	208	89
Receitas financeiras	208	89
(=) Valor adicionado total a distribuir	2.155	1.845
Distribuição do valor adicionado	2.155	1.845
Pessoal	663	552
Remuneração direta	559	479
Auxílio alimentação	31	28
Assistência médica/Plano de saúde	11	10
Encargos sociais exceto INSS	53	34
Outros	9	1
Governo	1.399	1.171
Federais	155	112
INSS (Folha de pagamento)	151	103
Outros	4	9
Estaduais	1.239	1.053
ICMS	1.227	1.040
IPVA	11	8
Outros	1	5
Municipais	5	6
IPTU	1	1
Alvará	4	4
Outros	-	1
Remuneração de capital de terceiros	53	75
Outras despesas financeiras	53	75

Continua...

Continuação...

Remuneração de capitais próprios	<u>40</u>	<u>47</u>
Sobras do exercício	40	47
Valor adicionado (médio) por empregado	<u>195,91</u>	<u>167,73</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Bendet
Contador
CRC/SC-029981/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A permissionária é uma sociedade cooperativa, constituída na forma da lei nº 5.764/71, de capital aberto, controlada pelos associados, com atividade de distribuição de energia elétrica, atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O quadro social é de 1.142 associados sendo que estes possuem 1.161 unidades consumidoras sendo 09 consumidores não associados (informações examinadas pelos auditores) e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2 – DA PERMISSÃO

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila – detém a permissão por prazo determinado de 20 anos, válida até 28 de novembro de 2028, conforme contrato nº 017/2008, para a distribuição de energia elétrica no município de Lauro Müller com poligonais envolventes nos municípios de Orleans e Urussanga.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, em consonância com a legislação comercial e fiscal. Também observada às disposições regulatórias e os princípios fundamentais de contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 605/14 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho nº 3.371 de 23 de dezembro de 2016 da SFF/ANEEL.

- ❖ Adoção do modelo de apresentação da PAC - Prestação Anual de Contas;
- ❖ Adequação das naturezas de gastos e centros de custos;
- ❖ Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT - Relatório de Informações Trimestrais;
- ❖ Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização da renda não faturada;
- ❖ Contabilização do rateio da administração central para atividade;

Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller - COOPERMILA é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila apresenta no encerramento do exercício de 2016 as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010 e alterações posteriores.

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas às informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais se necessário conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 18 de janeiro de 2017 e referenciada pela assembleia geral ordinária realizada em 03 de fevereiro de 2017.

➤ **Caixa e equivalentes de caixas**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

➤ **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2016, contabilizado com base no regime de competência.

➤ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

➤ **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução 1.151/09 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica por ser valor de significativa inexpressão.

➤ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

➤ **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

➤ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

➤ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

➤ **Intangível**

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzida a amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa de um ativo intangível são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo é baixado.

➤ **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

➤ **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

➤ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos, conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

➤ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

➤ **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores jurídicos.

Estão sendo apresentadas, nesta rubrica, às provisões para contingências liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

➤ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela COOPERMILA, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 47, aprovada pela Resolução 2016NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

➤ **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

➤ **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R1) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva

registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

➤ **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

➤ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Existe consumidor que representa mais de 10% do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

➤ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas bancárias a vista	Societária	
	2016	2015
Caixa	-	2
Bancos	13	22
Numerário em transito	1	3
Total	14	27

6 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Aplicações financeiras				Societária	
Instituição Financeira	Aplicação	Vencimento	Remuneração	2016	2015
Banco do Brasil S/A	F. Inv.	Diário	0,38 am	52	22
Bradesco S/A	F. Inv.	Diário	0,56 am	9	1
Caixa E. Federal	F. Inv.	Diário	0,51 am	232	268
Cresol	Poupança	Mensal	0,65 am	10	50
Total				303	341

7 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos dois dias referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

Geral	Societária	
	2016	2015
Faturados	1.161	1.129

Total	1.161	1.129
--------------	--------------	--------------

7.1 - Composição das contas a receber

Geral	Societária	
	2016	2015
Circulante	546	586
Não Circulante	374	400
Total	920	986

7.1.1 Circulante

Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Societária			
					Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2016	2015	2016	2015
Residencial	10	5	-	15	-	-	15	12
Industrial	214	3	-	217	-	-	217	250
Comércio outras atividades	5	1	-	6	-	-	6	7
Rural	188	69	1	258	-	-	258	268
Poderes públicos	1	-	-	1	-	-	1	1
Iluminação pública	4	-	-	4	-	-	4	7
Serviços públicos	1	-	-	1	-	-	1	1
Subtotal - Consumidores	423	78	-	502	-	-	502	546
Renda não faturada	11	-	-	11	-	-	11	11
Serviço taxado	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos tarifários	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamentos	3	-	-	3	-	-	3	1
Outros	4	-	26	30	-	-	30	28
Total	441	78	27	546	-	-	546	586

- A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:
 - a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
 - c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

7.1.2 Não circulante

Consumidor	Societária	
	2016	2015
Parcelamentos (recuperação judicial)	374	399
Total	364	399

8 – SERVIÇOS EM CURSO

Créditos	Societária	
	2016	2015
Serviços próprios	-	5
Total	-	5

9 – TRIBUTOS A COMPENSAR

Circulante	Societária	
	2016	2015
ICMS	9	10
IRRF	11	6
Total	20	16

Não circulante	Societária	
	2016	2015
ICMS	12	11
Total	12	11

10 – DEPOSITOS JUDICIAIS

Estoque	Societária	
	2016	2015
Ações trabalhistas	8	8
Total	8	8

11 – ESTOQUE

Estoque	Societária	
	2016	2015
Almoxarifado	197	196
Total	197	196

12 – ATIVOS REGULATÓRIOS

Estoque	Societária	
	2016	2015
Neutralidade PROINFA	1	2
Neutralidade CDE	2	5
Total	3	7

13– DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Societária	
	2016	2015
Seguros	1	1

Outros	2	13
Total	3	14

14 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Circulante	Societária	
	2016	2015
Adiantamento a empregados	-	5
Fornecedores	43	11
Serviços prestados a terceiros	11	11
Reembolso CDE	65	68
Outros	2	10
Total	121	105

15 – ATIVOS FINANCEIROS DA PERMISSÃO

	Societária	
	2016	2015
Ativo reversível	1.182	967
Total	1.182	967

16 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	Societária	
	2016	2015
Participações	11	9
Bens destinados a alienação	854	854
Total	865	863

17 – IMOBILIZADO

Em serviço	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais vinculadas	2016	2015
				Valor líquido	Valor líquido
Distribuição	268	151	-	118	143
Maquinas e equipamentos	55	40	-	15	18
Veículos	211	110	-	101	123
Móveis e Utensílios	2	1	-	2	2
Administração	1.798	259	-	1.539	1.562
Terrenos	546	-	-	546	546
Edificações, obras civis e	1.056	163	-	893	914
Maquinas e equipamentos	80	42	-	38	33
Móveis e Utensílios	116	54	-	62	69
Total	2.049	344	-	1.757	1.705
Em curso	-	-	44	-	-
Distribuição	-	-	44	-	-
Total AIS	2.066	410	44	1.612	1.705

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44/1999 e atualizada pela Resolução ANEEL nº. 674/2015 são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores – tensão < 69 kV	6,67
Chave de distribuição - tensão < 69kV	6,67
Condutor do sistema - tensão < 69kV	3,57
Estrutura do sistema - tensão < 69kV	3,57
Medidor	4,00
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

17.1 - Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica.

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

A COOPERMILA não possui valores resultantes de tais contribuições até a assinatura do contrato de permissão, sendo todos os investimentos em redes de distribuição financiados com recursos dos associados.

A participação financeira do consumidor é calculada na forma estabelecida pela Resolução normativa nº 414/2010.

17.2 - ITG10 - Custo atribuído

O conselho de administração entende que as normas regulatórias estabelecidas pelo poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica representam satisfatoriamente as

estimativas e taxas de depreciação.

As taxas de depreciação são determinadas a partir de estudos periódicos, utilizando ainda a contribuição das empresas, a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico, portanto, de conformidade com a NBC TG 27 (R1), aprovada pela resolução 1.177/09 do CFC alterada pela resolução nº 1329/2012.

17.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão

O Conselho de administração determinou a aplicação das disposições emanadas desta norma (ITG 01) resolução 1.261/2009 alterada pela resolução nº 1329/2011 no balanço societário do exercício 2016.

17.4 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

O Conselho de Administração, observando o disposto na Resolução normativa nº 674/2015, que instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *Impairment* dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01(R1), aprovada pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

A recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão, quando do rompimento ou encerramento deste.

18 – INTANGÍVEL

Em serviço	Custo	Amortização acumulada	2016	2015
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	2.728	1.190	1.538	1.519
Maquinas e equipamentos	2.675	1.160	1.515	1.496
Licença de uso	53	30	23	23
Administração	54	29	25	25
Licença de uso	54	29	25	25
Total	2.782	1.219	1.563	1.544

19 – FORNECEDORES

	Societária	
	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	336	364
Materiais e serviços	24	64
Total	360	428

20 – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	Societária	
	2016	2015
Bradesco S/A	1	-
Total	1	-

21 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Societária	
	2016	2015
Folha pagamento líquida	33	-
Férias	43	36
Contribuição social	4	3
IRRF	5	3
Consignações	2	1
Total	87	43

22 – TRIBUTOS

	Societária	
	2016	2015
ICMS	83	104
INSS	24	20
FGTS	9	7
PIS	1	1
IRRF	1	1
Total	118	133

23 – PROVISÕES PARA LITIGIOS

Circulante	Societária					
	2016			2015		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhista						
Contingencias	-	21	8	-	33	-
Total	-	21	8	40	33	-

Não circulante	Societária					
	2016			2015		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Provisão IR/CSLL S/AAP	-	364	-	-	364	-
Tributária	-	19	-	-	19	-
Total	-	383	-	20	383	-

23.1 - Contingências trabalhistas

No exercício de 2015, a empresa não foi alvo de demandas de ordem trabalhista que continuam a ser questionadas.

23.2 - Fiscais

A Coopermila foi notificada pela Receita Federal em dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Social – PIS; e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; sobre a receita bruta.

Amparo legal:

- ❖ Leis nº 9.715/98 e 9.718/98 alterada parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001.
- ❖ Leis nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002,
- ❖ Leis nº 10.676 de 22 de maio de 2003
- ❖ Leis nº 10.684 de 30 de maio de 2003,
- ❖ Instrução Normativa nº 145 da SRF de 09 de dezembro de 1999,
- ❖ Instrução Normativa nº 247 de 21 de novembro de 2002,
- ❖ Instrução Normativa nº e 358 de 09 de setembro de 2003;

Os dispositivos legais citados estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

A Cooperativa interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis SC, requerendo nulidade total do ato fiscal.

A administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de PIS e COFINS como não pratica tais operações, não possui receitas sujeitas ao pagamento das contribuições.

O conselho de administração determinou que não se mantivesse provisão considerando ganho provável em função de julgamentos ocorridos com decisão favorável.

No exercício a Delegacia da Receita Federal se manifestou negativamente em relação a este processo, porém foi ingressado com ação na Justiça Federal pleiteando a anulação do ato fiscal por erro na base de cálculo.

23.4 - Outras provisões

Provisões sobre AVP (Ajuste a Valor Presente) que passam a refletir significativamente na análise da situação patrimonial e financeira da COOPERMILA revelada nas demonstrações contábeis. Provisão referente ao PIS/COFINS referente aos anos de 2011 a 2014.

24 – ENCARGOS SETORIAIS

	Societária	
	2016	2015
CDE – Conta de desenvolvimento energético	35	55
P&D – Pesquisa e desenvolvimento	12	24
PEE – Programa de eficiência energética	75	59
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	1	1
Total	123	138

25 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

Circulante	Societária	
	2016	2015
Neutralidade da parcela “A”	296	8
Bandeiras tarifárias	17	214
P&D e PEE	14	-
Total	327	222

26 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Societária	
	2016	2015
Consumidores	14	12
Convênios	10	8
Total	24	20

27 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	Societária	
	2016	2015
Excedentes de reativo e demanda	44	30
Total	44	30

28 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 279 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

	Societária	
	2016	2015
Capital subscrito	279	267
(-) Capital a realizar	9	6
Total	270	261

“Art. 14. O capital social da Coopermila é representado por cotas - partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas

subscritas, mas nunca será inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) corrigidos anualmente no mês de janeiro pelo IGP –M da Fundação Getulio Vargas, ou outro indexador que venha a substituí-lo”.

“Atendendo ao disposto no estatuto social a quota parte mínima a integralizar é de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).”

28.2 –Ajustes de avaliação patrimonial

	Societária	
	2016	2015
Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	2.003	2.006
Total	2.003	2.006

28.3 - Fundos estatutários

	Societária	
	2016	2015
Reserva legal	1.465	1.460
Fates - Fundo de assistência técnica educacional e social	4	5
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	1.627	1.607
Total	3.096	3.072

O artigo 46 do estatuto social determina:

“A Cooperativa se obriga a constituir”:

- a) O fundo de reserva legal destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício.
- b) O fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício.
- c) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

28.4 - Sobras do exercício

	Societária	
	2016	2015
Sobra a disposição da Ago	12	14
Total	12	14

A Lei nº 5.764/71, em seu art. nº 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após, constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em assembleia geral.

29 – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício não foram computados juros sobre o capital próprio que financiou obras em andamento inclusive no imobilizado em curso.

30 – RECEITA OPERACIONAL

30.1 - Fornecimento energia elétrica

Consumidores	Nº de consumidores		GWh		Societária	
	2016	2015	2016	2015	2015	2015
Residencial	158	158	0,24	0,23	115	99
Industrial	4	5	6,88	6,07	3.039	2.571
Comercial	31	31	0,01	0,01	54	48
Rural	942	916	5,81	5,77	2.138	1.830
Poderes públicos	16	16	0,01	0,02	7	6
Iluminação pública	1	1	0,12	0,10	42	30
Serviços públicos	2	2	0,01	0,01	5	6
Neutralidade parcela "A"	-	-	-	-	(33)	(6)
(-) Renda não faturada	.	.	-	-	1	3
Total	1.161	1.129	13,17	12,30	5.368	4.587

30.2 – Serviços cobráveis

	Societária	
	2016	2015
Serviço taxado	1	1
Total	1	1

30.3 – Doações, contribuições e subvenções

	Societária	
	2016	2015
Recursos recebidos Eletrobras	792	673
Diferença Mensal - TFSEE	2	1
Total	794	674

30.4 - Outras receitas operacionais

	Societária	
	2016	2015
Compartilhamento de infraestrutura	13	11
Receita de construção	450	393
Ganho na prestação de serviços	58	41
Ganho na alienação de bens	21	21
Outras	17	15
Total	559	481

31 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

31.1 - Tributos e encargos

	Societária	
	2016	2015
ICMS	1.227	1.040
Total	1.227	1.040

31.2 - Encargos do consumidor

	Societária	
	2016	2015
CDE	588	203
P&D	14	19
PEE	14	19
Adicional de bandeiras	34	298
Taxa de fiscalização	7	6
Total	657	545

32 – CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELETRICA

32.1 - Energia elétrica comprada para revenda

Suprimento	Quantidade MWh		Societária	
	2016	2015	2016	2015
Celesc Distribuição S/A	13.932	12.930	2.102	1.587
Total	13.932	12.930	2.102	1.587

32.2 - Encargos de uso do sistema de distribuição

Tusd	Societária	
	2016	2015
Celesc Distribuição S/A	762	715
Total	762	715

33 – CUSTO DE OPERAÇÃO

	Societária	
	2016	2015
Custo de operação	2.089	1.823
Total	2.089	1.823

33.1 - Despesas de pessoal

	Societária	
	2016	2015
Remunerações	420	348
Administradores	139	131
Encargos sociais	204	137
Auxílio alimentação	31	28
Convênio assistencial e outros benefícios	13	11
Outros	7	-
Total	814	655

33.2 - Outras despesas

	Societária	
	2016	2015
Material	154	132
Serviços de terceiros	255	260
Tributos	21	28
Seguros	4	3
Depreciações	66	61
Amortizações	141	159
Total	641	643

33.3 – Gastos Diversos

	Societária	
	2016	2015
Custo de construção	450	393
Indenização por perdas e danos	10	6
Penalidade contratual – Compra de energia	16	41
Faltas apuradas em inventário	18	1
Perda na prestação de serviços	-	31
Doações	21	21
Outros	30	35
(-) Recuperação de despesas	5	1

33.4 – Outras despesas operacionais

	Societária	
	2016	2015
Perda na desativação de bens	27	30
Doações, subvenções e contribuições	31	20
Total	58	50

34 – RESULTADO FINANCEIRO

	Societária	
	2016	2015
Receitas financeiras	208	88
(-) Despesas financeiras	53	75
Total	155	13

34.1 - Receitas financeiras

	Societária	
	2016	2015
Encargos por atraso de energia	37	27
Rendimento de aplicações financeiras	34	16
Descontos contratuais setoriais	128	-
Outras receitas financeiras	9	45
Total	208	88

34.2 - Despesas financeiras

	Societária	
	2016	2015
Juros e Variações monetárias	27	-
Despesas bancárias	6	6
Selic P&D e PEE	12	9
Outras despesas financeiras	8	60
Total	53	75

35 – PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social foi calculado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

Operações no período:

	Societária	
	2016	2015
Operações com associados	6.722	5.743
Total	6.722	5.743

A Lei 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto a Coopermila como operou somente com associados não provisionou imposto de renda e contribuição social.

36 – PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila - não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

37 – PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A permissionária concedeu aos seus empregados, os seguintes benefícios em 2016:

	Societária	
	2016	2015
Plano de saúde	11	10
Seguro de vida	2	2
Vale alimentação	31	28
Cursos, treinamentos e outros	8	-
Total	52	40

A permissionária manteve o plano de saúde junto a UNIMED, participando com 50% dos custos mensais de contratação.

Os exames regulamentares exigidos pela lei trabalhista são efetuados sem ônus ao quadro funcional.

38 – TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por aquisição de energia elétrica, sustentada nas condições gerais de fornecimento estabelecida pela resolução normativa Aneel nº 414 /2010 e suas alterações.

As cotas partes por abertura de conta corrente e operações de crédito com a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL, foram subscritas e integralizadas na forma estabelecida pelo estatuto social.

Os conceitos abordados atendem o disposto no CPC 05 R-1.

39 – INSTRUMENTS FINANCEIROS

39.1 - Considerações gerais

A administração avalia que os riscos são elevados, pois existe concentração de parte contrária, e as operações de cobrança de energia são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

39.2 - Concentração de riscos de crédito

Parte substancial das vendas é efetuada a um grande consumidor. No caso desse consumidor, o risco de crédito é elevado devido ao fato de o mesmo se encontrar em processo de recuperação judicial.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização destes.

39.3 - Moeda estrangeira

A permissionária não praticou operações com moeda estrangeira no exercício de 2016.

39.4 - Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de

reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,15 e 2,99 respectivamente, havendo um forte indicativo de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

40 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício por Atividade, em 31 de dezembro de 2016, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO SEGREGADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação regulatória				
	GER	TRA	DIS	AV	CONS
Receita operacional	-	-	6.722	-	6.722
Fornecimento de energia elétrica	-	-	5.368	-	5.368
Serviços cobráveis	-	-	1	-	1
Doações, contribuições e subvenções	-	-	794	-	794
Outras receitas operacionais	-	-	559	-	559
(-) Deduções da receita operacional	-	-	1.884	-	1.884
ICMS	-	-	1.227	-	1.227
Encargos do consumidor	-	-	657	-	657
(=) Receita operacional líquida	-	-	4.838	-	4.838
(-) Custo do serviço de energia elétrica	-	-	4.953	-	4.953
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	2.102	-	2.102
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	762	-	762
Custo de operação	-	-	2.089	-	2.089
Pessoal e administradores	-	-	814	-	814
Material	-	-	154	-	154
Serviços de terceiros	-	-	255	-	255
Seguros	-	-	4	-	4
Tributos	-	-	21	-	21
Depreciação e amortização	-	-	207	-	207
Gastos diversos	-	-	576	-	576
Outras despesas operacionais	-	-	58	-	58
(=) Sobra operacional bruta	-	-	-115	-	-115
(+/-) Receita (despesa) financeira	-	-	155	-	155
(=) Sobras antes da CS e IR	-	-	40	-	40
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício	-	-	40	-	40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

40.1 - Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidade de Negócio:

Na Unidade de Negócio foi consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preços contratadas entre as partes, conforme segue abaixo:

Receita de unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	6.722	-	6.722
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-	-	-
Total	-	-	6.722	-	6.722

40.2 - Conciliação das demonstrações de resultado:

	Unidade de negócio	Permissionária	Diferença
Receita operacional	6.722	6.722	-
Deduções da receita operacional	1.884	1.884	-
Receita operacional líquida	4.838	4.838	-
Despesas operacionais	4.953	4.953	-
Resultado do serviço	(115)	(1150)	-
Sobra antes da tributação e participações	40	40	-
Sobra líquida do exercício	40	40	-

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas para única Unidade de Negócio.

As deduções, tais como impostos e contribuições, foram calculadas sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas na única Unidade de Negócio.

O imposto de renda e a contribuição social, não foram calculados visto que a permissionária operou somente com associados.

41 – SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Bem patrimonial (frota)	Data da vigência	Risco	Importancia segurada
VW saveiro CD ano 2015 (1)	18/07/15 à mensal	Parcial	30
Toyota Hilux ano 2014 (1)	15/10/14 à mensal	Total	30
Ford cargo (2)	24/11/15 à 24/11/16	Parcial	150
Sede administrativa (3)	17/06/15 à 17/06/16	Parcial	800

Item 1 – Associação dos Amigos de Santa Catarina - AASC.

Item 2 – Companhia Mutual de Seguros.

Item 3 – Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.

42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira no resultado e nas atividades são:

- Tarifas com preços muito maiores que a concessionária estadual.

- Encerramento ou redução nas atividades de consumidor do Grupo “A”.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Balanço social – 2016

Responsabilidade social é expressa por grandes gestos costumeiros de filantropia não motivados por considerações de marketing ou relações públicas. É mais do que garantir que o produto da cooperativa seja seguro e confiável. É mais do que gerar riquezas e empregos e recolher impostos na condução normal dos negócios.

É uma atitude de integrar-se estendendo a mão aos mais carentes, ajudando minimizar os problemas sociais e ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da permissionária, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Tendo participado da equalização das questões sociais mais graves no município em que atua relacionado especificamente com o setor de energia elétrica, a permissionária continua ampliando sua atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam seus associados.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

A manutenção do compromisso da universalização do atendimento ao benefício de distribuição de energia elétrica a nossos associados consumidores caracteriza nos as marca de importante atuação social,, consioderando a dificuldade geográfica e econômica de nossa área de permissão.

Preservando o meio ambiente

Construindo redes com responsabilidade ambiental

A permissionária tem compromisso com o meio ambiente, sempre projetando e construindo redes evitando supressão de matas e outros danos a natureza.

Filantropia

A Coopermila atendendo a decisão da assembleia geral utilizou recursos do Fates no R\$ 58 Mil as despesas com assistência social a associados e dependentes mediante convênio firmado com a AFMILA – Associação dos funcionários da COOPERMILA.

Serviços	Societária	
	2016	2015
Consultas médicas	616	578
Atendimentos odontológicos	364	488
Exames laboratoriais	1.899	2.323

Programa de estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a permissionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino beneficiando 01 estagiário no exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL
Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016			2015		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	4.838			4.158		
Sobra operacional (SO)	40			47		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	814			655		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	31	3,81%	0,64%	28	4,27%	0,67%
Encargos sociais compulsórios	151	18,55%	3,12%	103	15,73%	2,48%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	11	1,35%	0,23%	10	1,53%	0,24%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8	0,98%	0,17%	-	0,00%	0,00%
Seguro de vida	2	0,25%	0,04%	2	0,31%	0,05%
Roupas profissionais	4	0,49%	0,08%	-	0,00%	0,00%
Total	207	25,43%	4,28%	143	21,83%	3,44%
	% sobre			% sobre		
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Doações e contribuições	31	77,50%	0,64%	18	38,30%	0,43%
Total de contribuições para sociedade	21	52,50%	0,43%	20	42,55%	0,48%
Tributos - excluídos encargos sociais	1.248	3120,00%	25,80%	1.068	2272,34%	25,69%
Federais - (PIS, COFINS, IR, CS)	5	12,50%	0,10%	9	19,15%	0,22%
Estaduais - (ICMS, IPVA)	1.238	3095,00%	25,59%	1.053	2240,43%	25,32%
Municipais - (IPTU, Alvará)	5	12,50%	0,10%	6	12,77%	0,14%
Total	1.269	3172,50%	26,23%	1.088	2314,89%	26,17%
	% sobre			% sobre		
4 - Indicadores ambientais						
	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétric	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais/Projetos externos						
Sistema de Gestão Ambiental - SGA	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Distribuição e plantio de mudas de árvores	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas			() não possui metas		
	() cumpre de 0 a 50%			() cumpre de 0 a 50%		
	() cumpre de 51 a 75%			() cumpre de 51 a 75%		
	() cumpre de 76 a 100 %			() cumpre de 76 a 100 %		

Continua...

...Continuação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	11	11
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	4	3
Com ensino médio	7	6
Com ensino fundamental	0	2
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	6	6
De 30 a 45 anos (exclusive)	4	4
Acima de 45 anos	1	1
Admissões durante o período	4	2
Demissões durante o período	4	2
Mulheres que trabalham na empresa	3	3
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	-	-
Negros que trabalham na empresa	0	1
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
Portadores de necessidades especiais	-	-
Dependentes	8	8
Estagiários	-	-
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	-	-
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	4.852	5.409
Acidentes de trabalho	-	-
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2008 e 2007 foram definidos por:	Conselho de administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Departamento técnico	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Diretoria	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	São sugeridos	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Apóia	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	30,77%	29,93%
Governo	64,92%	63,50%
Financiadores	2,46%	4,02%
Associados	1,85%	2,54%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores associados

A Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller - COOPERMILA submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme disposições estatutárias.

Mensagem da Administração

A COOPERMILA implantou práticas de relacionamento comercial com seus associados alicerçado, principalmente, na qualidade de seu produto, energia elétrica, e serviços, atendimento, na preservação da credibilidade junto aos associados, sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda sua área de atuação.

O investimento é contínuo na melhoria dos meios de comunicação e a busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato do associado com a Cooperativa.

Mantivemos a política de gestão dos recursos humanos, adotando de forma definitiva, uma melhor prática de remuneração de nossos empregados

No exercício de 2016, participamos de vários eventos na INFRACOOOP (Confederação Nacional das Cooperativas de infraestrutura) e ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, com objetivo de se interar das ações e mudanças obrigatórias para as cooperativas de infraestrutura agentes do setor elétrico brasileiro.

O investimento em capacitação e treinamento de pessoal, com vistas às novas exigências regulatórias foram limitados.

Por fim, afirmamos que todos os resultados alcançados, no ano de 2016, são resultantes de trabalho e dedicação.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente

Genivaldo da Silva
Secretário

PARECER DA AUDITORIA SOCIETÁRIA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

São José (SC), 27 de janeiro de 2017.

Ilmos. Srs. Diretores da

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA
Lauro Muller - SC

Concluindo os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício de 2016, encaminhamos o Relatório de Auditoria sobre os exames realizados nos dias 23 a 27 de Janeiro de 2017, contendo:


I) Relatório Demonstrações Contábeis

- a) Relatório dos Auditores Independentes sobre as
- b) Demonstrações Contábeis
- c) Balanço Patrimonial
- d) Demonstração do Resultado
- e) Mutações do Patrimônio Líquido
- f) Demonstração do Fluxo de Caixa
- g) Notas Explicativas

II) Considerações Finais

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos nossas,

Cordiais Saudações



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Gerente

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILLA
Lauro Muller - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILLA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILLA**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILLA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

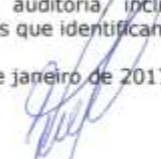
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 27 de janeiro de 2017.



Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7.

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88 101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

3

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
ATIVO			
Circulante		1.215	1.293
Caixa e equivalentes de caixa	5	14	27
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6	303	341
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	546	586
Serviços em curso	8	-	5
Tributos a compensar	9	20	16
Depósitos judiciais		8	8
Estoque	10	197	196
Ativos regulatórios		3	2
Despesas pagas antecipadamente	11	3	14
Outros ativos circulantes	12	121	98
Não Circulante		5.653	5.490
Realizável a longo prazo		2.433	2.240
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	374	399
Tributos a compensar	9	12	11
Ativos financeiros da permissão	13	1.182	967
Bens destinados a alienação	14	865	863
Imobilizado	15	1.657	1.705
Intangível	16	1.563	1.545
TOTAL DO ATIVO		6.868	6.783

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
PASSIVO			
Circulante		1.061	1.017
Fornecedores	17	360	428
Empréstimos e financiamentos	18	1	-
Obrigações sociais e trabalhistas	19	87	43
Tributos	20	118	133
Provisões para litígios	21	21	33
Encargos setoriais	22	123	138
Passivos regulatórios	23	327	222
Outros passivos circulantes	25	24	20
Não Circulante		427	413
Provisões litígios	21.1	383	383
Obrigações vinculadas a permissão	26	44	30
TOTAL DO PASSIVO		1.488	1.430
Patrimônio líquido	27	5.380	5.353
Capital social	27.1	270	261
Ajustes de avaliação patrimonial	27.2	2.003	2.006
Reservas de sobras	27.3	3.095	3.072
Sobras a disposição da AGO	27.4	12	14
TOTAL DO PATRIMÔNIO		5.380	5.353
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.868	6.783

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ – 75.568.154/0001-83

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
Receita operacional	28	6.722	5.743
Fornecimento de energia elétrica		5.368	4.587
Serviços cobráveis		1	1
Doações, contribuições e subvenções		794	874
Outras receitas operacionais		559	481
(-) Deduções da receita operacional	29	1.884	1.585
ICMS		1.227	1.040
Encargos do consumidor		657	545
(=) Receita operacional líquida		4.838	4.158
(-) Custo do serviço de energia elétrica	30	4.953	4.125
Energia elétrica comprada para revenda		2.102	1.587
Encargo de uso do sistema de distribuição		762	715
Custo de operação	31	2.089	1.823
Pessoal		659	524
Administradores		155	131
Material		154	132
Serviços de terceiros		255	260
Seguros		4	3
Tributos		21	28
Depreciação e amortização		207	220
Gastos diversos		576	475
Outras despesas operacionais		58	50
(=) Sobra bruta		-115	33
(+/-) Receita (despesa) financeira	32	155	14
(=) Resultado operacional		40	47
(-) Contribuição social	34	-	0
(-) Imposto de renda	35	-	0
(=) Sobras do exercício		40	47

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ – 75.568.154/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
SOBRA/PERDA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	40	47
(+/-) Resultados abrangentes	-	-
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8 - IT 01	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	40	47
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	-	-
BASE PARA DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	40	47
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - 10%	4	5
FATES - Art. 47, inc. II - 10%	4	5
Fundo exp. manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - 50%	20	23
FATES - Operações com terceiros	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL	12	14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.016	2.015
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	40	47
Ajustes a sobra líquida		
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	207	220
Depreciação e amortização	207	220
Resultado ajustado do exercício	247	267
Redução (aumento) no ativo circulante	27	(86)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	40	(131)
Serviços em curso	5	(5)
Tributos a compensar	(4)	7
Estoque	(1)	-27
Ativos regulatórios	(1)	-
Despesas do exercício seguinte	11	12
Outros ativos circulantes	-23	82
Aumento(redução) no passivo circulante	44	284
Fornecedores	(68)	-26
Obrigações sociais e trabalhistas	44	16
Empréstimos e financiamentos	1	-
Tributos	-15	23
Provisões para litígios	(12)	-59
Encargos setoriais	-15	77
Passivos regulatórios	105	222
Outros passivos circulantes	4	11
Redução (aumento) no ativo não circulante	(191)	(140)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	25	25
Tributos a compensar	-1	1
Ativo reversível da permissão	(215)	(166)
Aumento(redução) no passivo não circulante	14	6
Provisões para litígios	-	-1
Obrigações vinculadas a permissão	14	7
Caixa oriundo das atividades operacionais	141	311
Atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	(17)	(64)
Aplicações no intangível	(158)	(102)
Total das atividades de investimento	(175)	(166)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	9	7
Reserva de ajustes patrimoniais	(3)	(2)
Utilização reserva fatais	(23)	(8)
Utilização de reservas	0	4
Total das atividades de Financiamento	-17	1
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(51)	146
Saldo inicial de caixa	368	222
Saldo final de caixa	317	368
Variação no caixa e equivalentes de caixa	-51	146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de sobras			Legislação societária	Total
			Reserva legal	FEMSO	FATES	Saldo a disposição da AGO	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	254	2.097	1.481	1.583	3	(25)	5.303
Capital social							
Integralização de quotas	12	-	-	-	-	-	12
Capital a integralizar	(5)	-	-	-	-	-	(5)
Devolução de capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	(2)	(20)	-	(41)	26,00	(43)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	14	14
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	5	-	-	-	5
Fates	-	-	-	-	42	-	42
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	24	-	-	24
Saldos em 31 de dezembro de 2015	261	2.005	1.460	1.607	4	15	5.352
Capital social							
Integralização de quotas	16	-	-	-	-	-	16
Capital a integralizar	(7)	-	-	-	-	-	-7
Devolução de capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	(2)	-	-	(24)	(15)	(41)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	12	12
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	4	-	-	-	4
Fates	-	-	-	-	24	-	24
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	20	-	-	20
Saldos em 31 de dezembro de 2016	270	2.003	1.464	1.627	4	12	5.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ – 75.568.154/0001-83

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A permissionária é uma sociedade cooperativa, constituída na forma da lei nº 5.764/71, de capital aberto, controlada pelos associados, com atividade de distribuição de energia elétrica, atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O quadro social é de 1.142 associados sendo que estes possuem 1.161 unidades consumidoras e 09 consumidores não associados (informações examinadas pelos auditores) e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2 – DA PERMISSÃO

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila – detém a permissão por prazo determinado de 20 anos, válida até 28 de novembro de 2028, conforme contrato nº 017/2008, para a distribuição de energia elétrica no município de Lauro Müller com polígonos envolventes nos municípios de Orleans e Urussanga.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil Resolução do CFC nº 1.255/09 que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016 da SFF/ANEEL.

- * Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;
- * Adequação das naturezas de gastos e centros de custos;
- * Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- * Adequação do plano de contas;
- * Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- * Contabilização da renda não faturada;
- * Contabilização do rateio da administração central para atividades;
- * Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da COOPERMILA é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis. A Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller – COOPERMILA apresenta, no encerramento do exercício de 2016, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais se necessário conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 18 de janeiro de 2017 e referenciada pela assembleia geral ordinária realizada em 20 de março de 2016.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

➤ **Caixa e equivalentes de caixas**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

➤ **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2016, contabilizado com base no regime de competência.

➤ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

➤ **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução 1.151/09 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, sendo que, para se trazer a valor presente foi aplicada a taxa de desconto equivalente aos encargos futuros embutidos, variável conforme a situação.

➤ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

➤ **Ativo e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o editamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

➤ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

➤ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico) instituído pela resolução normativa ANEEL nº 367 de 02 de julho de 2009, alteradas pelas resoluções nº 474/12 e 529/12.

➤ **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou de alienação.

Os resultados da baixa de um ativo intangível são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo é baixado.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

➤ **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

➤ **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes não afetem substancialmente o resultado.

➤ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

➤ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

➤ **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais e elas relacionadas.

➤ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela COOPERMILA, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução 1.412/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

➤ **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

➤ **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R1) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17 (R1) "Contratos de Construção" e CPC 30 (R1) - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

➤ **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços - ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

> Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Existe consumidor que representa 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

> Sobra líquida

A sobra que ocorrer será colocada a disposição dos associados, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e contas bancárias a vista	Societária	
	2016	2015
Caixa	0	2
Bancos	13	22
Numerário em trânsito	1	3
Total	14	27

6 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Aplicações financeiras				Societária	
Instituição Financeira	Aplicação	Vencimento	Remuneração	2016	2015
Banco Brasil S/A	F. Inv.	Diário	0,54 am	-	-
Banco Brasil S/A	F. Inv.	Diário	0,38 am	52	22
Bradesco S/A	F. Inv.	Diário	0,56 am	9	1
Cresol	F. Inv.	Diário	0,65 am	10	50
Caixa E. Federal	F. Inv.	Diário	0,51 am	232	268
Caixa E. Federal	Poupança	mensal	0,54 am	-	-
Total				303	341

7 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos dois dias referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

Geral	Societária	
	2016	2015
Faturados	1.161	1.129
Total	1.161	1.129

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

7.1 - Composição das contas a receber

	Legislação societária	
	2016	2015
Circulante	546	586
Não Circulante	374	400
Total	920	986

7.1.1 Circulante

Consumidor	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Societária/Regulatória			
					Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2016	2015	2016	2015
Residencial	10	5	-	15	-	-	15	12
Industrial	214	3	-	217	-	-	217	250
Comércio outras atividades	5	1	-	6	-	-	6	7
Rural	188	69	1	258	-	-	258	268
Poderes públicos	1	-	-	-1	-	-	-1	1
Iluminação pública	4	-	-	4	-	-	4	7
Serviços públicos	1	-	-	1	-	-	1	1
Subtotal - Consumidores	423	78	-	502	-	-	502	546
Renda não tributada	11	-	-	11	-	-	11	11
Serviço taxado	0	-	-	0	-	-	0	0
Encargos tarifários	0	-	-	0	-	-	0	0
Parcelamentos	3	-	-	3	-	-	3	1
Outros	4	-	28	30	-	-	30	28
Total	441	78	28	546	-	-	546	586

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

7.1.2 Não circulante

	Legislação societária	
	2016	2015
Parcelamento de energia (Recuperação judicial)	374	399
Total	374	399

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ – 75.568.154/0001-83

8 – SERVIÇOS EM CURSO

Devedores	Societária	
	2016	2015
Serviços próprios	-	5
Total	0	5

9 – TRIBUTOS A COMPENSAR

Circulante	Societária	
	2016	2015
ICMS	9	10
IRRF	11	6
Total	20	16

Não circulante	Societária	
	2016	2015
ICMS	12	11
Total	12	11

10 – ESTOQUE

Estoque	Societária	
	2016	2015
Almoxnafiado	197	196
Total	197	196

11 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Societária	
	2016	2015
Seguros	1	1
Outros	2	13
Total	3	14

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

12 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Circulante	Societária	
	2016	2015
ativos regulatórios	3	2
Adiantamento a empregados	0	5
Fornecedores	43	11
Serviços prestados a terceiros	11	11
Reembolso CDE	65	68
Outros	2	2
Total	124	99

13 - ATIVOS FINANCEIROS DA PERMISSÃO

	Legislação societária	
	2016	2015
Ativo reversível	1.182	967
Total	1.182	967

14 - OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	Legislação societária	
	2016	2015
Participações	11	9
Bens destinados a alienação	854	854
Total	865	863

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA
 CNPJ - 75.568.154/0001-83

15 - IMOBILIZADO

Em serviço	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais vinculadas	2016	2015
				Valor líquido	Valor líquido
Distribuição	267	150	-	118	143
Veículos	210	109	-	101	123
Maquinas e equipamentos	55	40	-	15	18
Móveis e Utensílios	2	1	-	2	2
Administração	1.798	259	-	1.539	1.562
Terenos	546	-	-	546	546
Edificações, obras civis e benf.	1.056	163	-	893	914
Maquinas e equipamentos	80	42	-	38	33
Móveis e Utensílios	116	54	-	62	69
Total	2.065	409	-	1.657	1.705
Em curso	-	-	44	-	-
Distribuição	-	-	44	-	-
Total AIS	2.065	409	44	1.612	1.705

As principais taxas anuais de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Portaria Aneel nº 815 de 30/11/1994 e Resolução Aneel nº 44 de 1.999 e atualizada pela Resolução Aneel nº. 474/2012 são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores - tensão < 69 kV	6,67
Chave de distribuição - tensão < 69kV	6,67
Condutor do sistema - tensão < 69kV	3,57
Estrutura do sistema - tensão < 69kV	3,57
Medidor	4,00
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

15.1 - Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a retornos ao doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

15.2 - ITG 10 - Custo atribuído

O conselho de administração entende que as normas regulatórias estabelecidas pelo poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica representam satisfatoriamente as estimativas e taxas de depreciação.

As taxas de depreciação são determinadas a partir de estudos periódicos, utilizando ainda a contribuição das empresas, a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico, portanto, de conformidade com a NBC TG 27 (R1), aprovada pela resolução 1.177/09 do CFC alterada pela resolução nº 1329/2012.

15.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão

O Conselho de administração determinou a aplicação das disposições emanadas desta norma (ITG 01) resolução 1.261/2009 alterada pela resolução nº 1329/2011 no balanço societário do exercício 2016.

15.4 Redução ao valor recuperável - Impairment

O conselho de administração observando o disposto na resolução normativa nº 367/2009, alterada pela resolução nº 1329/2011 que instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *impairment* dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01(R1) aprovada pela Resolução 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade alterada pela resolução nº 1329/2012.

A recuperabilidade dos ativos esta garantida no contrato de permissão quando do rompimento ou encerramento deste.

16 - INTANGÍVEL

Em serviço	Custo	Amortização acumulada	2016	2015
			Valor líquido	Valor líquido
Distribuição	2.728	1.190	1.538	1.519
Maquinas e equipamentos	2.675	1.160	1.515	1.496
Licença de uso	53	30	23	23
Administração	54	29	25	25
Licença de uso	54	29	25	25
Total	2.782	1.219	1.563	1.544

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

17 - FORNECEDORES

	Societária	
	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	336	364
Materiais e serviços	24	64
Total	360	428

18 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	Societária	
	2016	2015
Banco do Brasil S/A	1	-
Total	1	-

19 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Societária	
	2016	2015
Folha de pagamento líquida	33	0
Férias	43	36
Contribuição social	4	3
IRRF	5	3
Consignações	2	1
Total	87	43

20 - TRIBUTOS

	Societária	
	2016	2015
ICMS	83	104
INSS	24	20
FGTS	9	7
IRRF	1	1
PIS	1	1
Total	118	133

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

21 - PROVISÕES PARA LITIGIOS

Circulante	Societária					
	2016			2015		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depositos judiciais	Exercício	Acumulada	Depositos judiciais
Trabalhistas						
Contingencias	-	21	-	0	33	-
Cíveis						
Ações	-	-	-	-	-	-
Total	-	21	-	0	33	-

Não circulante	Societária					
	2016			2015		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depositos judiciais	Exercício	Acumulada	Depositos judiciais
Fiscais						
Provisão IR/CSLL, S/AAP	-	364	-	-	364	-
Tributaria	-	19	-	-	19	-
Total	-	383	-	-	383	-

21.1 - Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2014, a empresa foi alvo de demandas de ordens trabalhistas, o qual permanece em andamento em 2016 uma delas.

21.2 - Cíveis

No exercício de 2013 a Coopermila, constituiu provisão para as ações cíveis em curso em valor recomendado pelo departamento jurídico. Já no exercício de 2015 esta ação foi encerrada e no exercício de 2016 nada consta para esta rubrica.

21.3 - Fiscais

A Coopermila foi notificada pela Receita Federal em dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Social - PIS; e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; sobre a receita bruta.

Amparo legal:

- ❖ Leis nº 9.715/98 e 9.718/98 alterada parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001.
- ❖ Leis nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002,
- ❖ Leis nº 10.676 de 22 de maio de 2003
- ❖ Leis nº 10.684 de 30 de maio de 2003,
- ❖ Instrução Normativa nº 145 da SRF de 09 de dezembro de 1999,
- ❖ Instrução Normativa nº 247 de 21 de novembro de 2002,
- ❖ Instrução Normativa nº e 358 de 09 de setembro de 2003;

Os dispositivos legais citados estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

A Cooperativa interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis SC, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de PIS e COFINS como não pratica tais operações, não possui receitas sujeitas ao pagamento das contribuições.

O conselho de administração determinou que não se mantivesse provisão considerando ganho provável em função de julgamentos ocorridos com decisão favorável.

Relativo ao período não fiscalizado a partir de 07/2006, não foram efetuados cálculos e provisões de quaisquer valores, havendo entendimento de que as operações realizadas pela Cergapa possuem características de ato cooperativo sobre as quais não devem incidir tributos e contribuições.

No exercício a Delegacia da Receita Federal se manifestou negativamente em relação a este processo, porém foi apresentado recurso da decisão.

21.4 - Outras provisões

Provisões sobre AVP (Ajuste a Valor Presente) que passam a refletir significativamente na análise da situação patrimonial e financeira da COOPERMILA revelada nas demonstrações contábeis.

22 - ENCARGOS SETORIAIS

	Societária	
	2016	2015
CDE - Conta de desenvolvimento energético	35	54
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	12	24
PEE - Programa de eficiência energética	75	59
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	1	1
Total	123	138

23 - PASSIVOS REGULATORIOS

	Societária	
	2016	2015
Neutralidade Parcela "A"	43	8
Bandeiras tarifárias	270	214
Outros	14	-
Total	327	222

24 - OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS

Circulante	Societária	
	2016	2015
Capital social a restituir	-	-
Total	-	-

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

25 - OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Suprimento	Societária	
	2016	2015
Consumidores	14	12
Convenios	10	8
Total	24	20

26 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

	Societária	
	2016	2015
Reativo excedente	44	30
Total	44	30

27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 270 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

	Societária	
	2016	2015
Capital subscrito	279	267
(-) Capital a realizar	9	6
Total	270	261

"Art. 14. O capital social da Coopermila é representado por cotas - partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mas nunca será inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) corrigidos anualmente no mês de janeiro pelo IGP -M da Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que venha a substituí-lo".

"Atendendo a determinação da assembleia geral os valores não estão sendo corrigidos deste o ano de 2010, ficando estabelecido o valor de integralização em R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais)."

27.2 - Ajustes de Avaliação Patrimonial

	Societária	
	2016	2015
Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	2.003	2.006
Total	2.003	2.006

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

27.3 - Fundos estatutários

	Societária	
	2016	2015
Reserva legal	1.464	1.460
Fates - Fundo de assistência técnica educacional e social	4	5
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	1.627	1.607
Total	3.095	3.072

O artigo 46 do estatuto social determina:

"A Cooperativa se obriga a constituir":

- O fundo de reserva legal destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício.
- O fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício.
- O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

27.4 - Sobras do exercício

	Societária	
	2016	2015
Sobra a disposição da Ago	12	14
	12	14

A Lei nº 5.764/71, em seu art. nº 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após, constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em assembleia geral.

28 - JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício não foram computados juros sobre o capital próprio que financiou obras em andamento inclusive no imobilizado em curso.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

29 - RECEITA OPERACIONAL**29.1 - Fornecimento de energia elétrica**

Consumidores	Nº de consumidores		GWh		Societária	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Residencial	165	158	0,24	0,23	115	99
Industrial	4	5	6,88	6,07	3.039	2.571
Comercial	31	31	0,1	0,1	54	48
Rural	942	916	5,81	5,77	2.138	1.830
Poderes públicos	16	16	0,01	0,02	7	6
Iluminação pública	1	1	0,12	0,10	42	30
Serviços públicos	2	2	0,01	0,01	5	6
Neutralidade Parcela A	-	-	-	-	-33	-6
(-) Renda não faturada	-	-	-	-	1	3
Total	1.161	1.129	13,17	12,30	5.368	4.587

29.2 - Serviços cobráveis

	Societária	
	2016	2015
Serviço taxado	1	1
Total	1	1

29.3 - Doações, Contribuições e subvenções

	Societária	
	2016	2015
Recursos recebidos Eletrobras	792	673
Diferença Mensal - TSEE	2	1
Total	794	674

29.4 - Outras receitas operacionais

	Societária	
	2016	2015
Compatilhamento de Infra estrutura	13	11
Receita de construção	450	393
Ganhos na prestação de serviços	57	41
Ganhos na alienação de bens	0	21
Outras	39	15
Total	559	481

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

30 - DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL**30.1 - Tributos e encargos**

	Societária	
	2016	2015
ICMS	1.227	1.040
PIS	0	0
COFINS	0	0
Total	1.227	1.040

30.2 - Encargos do consumidor

	Societária	
	2016	2015
CDE	568	203
P&D	14	19
PEE	14	19
Adicional de bandeiras	34	298
Taxa de fiscalização	7	6
Total	657	545

31 - CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELETRICA**31.1 - Energia elétrica comprada para revenda**

Suprimento	Quantidade MWh		Societária	
	2016	2015	2016	2015
Celesc Distribuição S/A	13.932	12.930	2.090	1.587
Microgeração distribuída	48	-	12	-
Total	13.980	12.930	2.102	1.587

31.2 - Encargos de uso do sistema de distribuição

Tusd	Societária	
	2016	2015
Celesc Distribuição S/A	762	715
Total	762	715

32 - CUSTO DE OPERAÇÃO

	Legislação societária	
	2.016	2.015
Custos operacionais	2.089	1.823
Total	2.089	1.823

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

32.1 - Despesas de pessoal

	Societária	
	2016	2015
Remunerações	424	348
Administradores	155	131
Encargos sociais	184	137
Auxílio alimentação	31	28
Convênio assistencial e outros benefícios	20	11
Outros	0	0
Total	814	655

32.2 - Outras despesas operacionais

	Societária	
	2016	2015
Material	154	132
Serviços de terceiros	255	260
Tributos	21	28
Seguros	4	3
Provisão para devedores duvidosos	0	0
Depreciações	207	220
Total	641	643

32.3 - Gastos diversos

	Societária	
	2016	2015
Custo de construção	450	393
Indenização por perdas e danos	10	6
Faltas apuradas em inventários	18	1
Penalidades contratuais e regulatórias	16	0
Perda na prestação de serviços	57	41
Outros gastos	30	35
(-) Recuperação de despesas	(5)	(1)
Total	576	475

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

32.4 - Outras despesas operacionais

	Societária	
	2016	2015
Perda na desativação de bens	27	30
Doações, subvenções e contribuições	31	20
Total	58	50

33 - RESULTADO FINANCEIRO

	Societária	
	2016	2015
Receitas financeiras	208	88
(-) Despesas financeiras	53	75
Total	155	13

33.1 - Receitas financeiras

	Societária	
	2016	2015
Encargos por atraso de energia	36	27
Rendimento de aplicações financeiras	34	16
Outras receitas financeiras	138	45
Total	208	88

33.2 - Despesas financeiras

	Societária	
	2016	2015
Despesas bancárias	6	6
Selic P&D e PEE	12	9
Outras despesas financeiras	35	60
Total	53	75

34 - PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social foi calculado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

Operações no período:

	Societária	
	2016	2015
Operações com associados	6.722	5.743
Total	6.722	5.743

A Lei 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto a Coopermila como operou somente com associados não provisionou imposto de renda e contribuição social.

35 - PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Cooperativa de Eletricidade Lauro Müller - Coopermila - não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

36 - PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A permissionária concedeu aos seus empregados, os seguintes benefícios em 2016:

	Legislação societária	
	2016	2015
Plano de saúde	4	10
Seguro de vida	2	2
Vale alimentação	31	28
Cursos, treinamentos e outros	8	-
Total	45	40

A permissionária manteve o plano de saúde junto a UNIMED, participando com 50% dos custos mensais de contratação. Os exames regulamentares exigidos pela lei trabalhista são efetuados sem ônus ao quadro funcional.

37 - TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas e jurídicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa figurando como associados consumidores.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica estabelecida para as empresas distribuidoras de energia que possuem permissão outorgada pela ANEEL.

As cotas partes por abertura de conta corrente e operações de crédito com a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL, foram subscritas e integralizadas na forma estabelecida pelo estatuto social.

A referida nota esta consolidada a atender obrigatoriedade expressa no CPC 05 R-1.

38 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

38.1 - Considerações gerais

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações de cobrança de energia são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

38.2 - Concentração de riscos de crédito

Parte substancial das vendas é efetuada a um grande consumidor. No caso desse consumidor, o risco de crédito é elevado devido ao fato de o mesmo se encontrar em processo de recuperação judicial.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização destes.

38.3 - Moeda estrangeira

A permissionária não praticou operações com moeda estrangeira no exercício de 2016.

38.4 - Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,15 e 1,27 respectivamente, havendo um forte indicativo de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

39 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício por Atividade, em 31 de dezembro de 2016, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO SEGREGADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação regulatória				
	GER	TRA	DIS	AV	CONS
Receita operacional	-	-	6.722	-	6.722
Fornecimento de energia elétrica	-	-	5.368	-	5.368
Serviços cobráveis	-	-	1	-	1
Doações, contribuições e subvenções	-	-	794	-	794
Outras receitas operacionais	-	-	559	-	559
(-) Deduções da receita operacional	-	-	1.884	-	1.884
ICMS	-	-	1.227	-	1.227
Encargos do consumidor	-	-	657	-	657
(=) Receita operacional líquida	-	-	4.838	-	4.838
(-) Custo do serviço de energia elétrica	-	-	4.953	-	4.953
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	2.102	-	2.102
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	762	-	762
Custo de operação	-	-	2.089	-	2.089
Pessoal e administradores	-	-	814	-	814
Material	-	-	154	-	154
Serviços de terceiros	-	-	255	-	255
Seguros	-	-	4	-	4
Tributos	-	-	21	-	21
Depreciação e amortização	-	-	207	-	207
Gastos diversos	-	-	576	-	576
Outras despesas operacionais	-	-	58	-	58
(=) Sobra operacional bruta	-	-	-115	-	-115
(+/-) Receita (despesa) financeira	-	-	155	-	155
(=) Sobras antes da CS e IR	-	-	40	-	40
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício	-	-	40	-	40

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

39.1 - Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Nas Unidades de Negócios foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preços contratadas entre as partes, conforme segue abaixo:

Receita de unidade	G	T	D	ANV	TOTAL
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	6.722	-	6.722
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
Total	-	-	6.722	-	6.722

39.2 - Conciliação das demonstrações de resultado:

	Unidades de negócio	Permissionária	Diferença
Receita operacional	6.722	6.722	-
Deduções da receita operacional	1.884	1.884	-
Receita operacional líquida	4.838	4.838	-
Despesas operacionais	4.953	4.953	-
Resultado do serviço	-115	-115	-
Sobra antes da tributação e participações	40	40	-
Sobra líquida do exercício	40	40	-

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como impostos e contribuições, foram calculadas sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas em cada Unidade de Negócio.

O imposto de renda e a contribuição social, não foram calculados visto que a permissionária operou somente com associados.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

CNPJ - 75.568.154/0001-83

40 - SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Bem patrimonial (frota)	Data da vigência	Risco	Importancia segurada
VW Saveiro CD ano 2015 (1)	28/10/15 a indefinido	Parcial	30
Toyota Hilux ano 2014 (2)	16/06/14 à indefinido	Parcial	30
Ford cargo (3)	09/12/16 à 09/12/17	Parcial	150
Sede administrativa (4)	17/06/16 à 17/06/17	Parcial	800

Item 1 - Sul America CIA Nacional de Seguros.

Item 2 - Associação dos Amigos de Santa Catarina - AASC.

Item 3 - Companhia Mutual de Seguros.

Item 4 - Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.

41- EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira no resultado e nas atividades são:

- Revisão tarifária.
- Tarifas que não absorvem o custo operacional.
- Encerramento ou redução nas atividades de consumidor do Grupo "A".

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

Demonstarcoes contábeis Regulatórias

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER
CNPJ 75.568.154/0001-83
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Notas	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante		1.215	1.310
Caixa e equivalentes de caixa	5	317	368
Consumidores	7	546	586
Serviços em curso	8	0	5
Tributos compensáveis	9	20	16
Depósitos judiciais e cauções		8	8
Almoxarifado operacional	10	197	196
Ativos financeiros setoriais		3	2
Despesas pagas antecipadamente	11	3	14
Outros ativos circulantes	12	121	115
Bens destinados a alienação		865	863
Ativo não circulante		6.301	6.310
Consumidores		374	399
Tributos compensáveis	9	12	11
Imobilizado	15	5.866	5.851
Intangível	15	49	49
Total do ativo		8.381	8.483

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER
CNPJ 75.568.254/0001-83
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Notas	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante		1.061	1.017
Fornecedores	16	360	428
Empréstimos e financiamentos		1	
Obrigações sociais e trabalhistas	18	87	43
Tributos	19	118	133
Provisão para litígios	20	21	33
Encargos setoriais	21	123	138
Passivos financeiros setoriais	22	327	222
Obrigações com associados		-	-
Outros passivo circulantes	23	24	20
Passivo não circulante		427	413
Provisão para litígios	20	383	383
Passivos financeiros setoriais		-	-
Obrigações vinculadas a permissão	24	44	30
Total do passivo		1.488	1.430
Patrimônio líquido			
Capital social	25	269	261
Outros Resultados Abrangentes		3.516	3.688
Reserva de Sobras	27	3.096	3.073
Sobras a disposição da AGO	28	12	31
Total do patrimônio líquido		6.893	7.053
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.381	8.483

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER
CNPJ 75.568.154/0001-83
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Notas	2016	2015
Operações em continuidade			
Receita / ingresso		6.163	5.345
Fornecimento de energia elétrica		5.368	4.670
Serviços cobráveis		1	1
Doações, contribuições e subvenções		794	674
Tributos		1.227	1.040
ICMS		1.227	1.040
Encargos - Parcela "A"		657	545
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		14	19
Programa de eficiência energética - pee		14	19
Conta de desenvolvimento energético - cde		588	203
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		7	6
Outros encargos		34	298
Receita líquida / Ingresso líquido		4.279	3.760
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		2.864	2.302
Energia elétrica comprada para revenda		2.020	1.509
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		82	78
Encargo de uso do sistema de distribuição		762	715
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		1.415	1.458
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		1.608	1.341
Pessoal e administradores		815	655
Material		154	132
Serviços de terceiros		254	260
Seguros		4	3
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		27	31
(-) Recuperação de Despesas		-5	-1
Tributos		21	27
Depreciação e amortização		207	220
Gastos diversos		131	80
Outras receitas operacionais		109	88
Outros despesas operacionais		31	20
Resultado da Atividade		-115	117
Resultado financeiro		155	15
Receita financeiras		208	90
Despesas financeiras		53	75
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		40	132
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		40	132
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade			
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER
CNPJ 75.568.154/0001-83
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Notas	2016	2015
Resultado do Exercício RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		40	132
Outros Resultados Abrangentes (+/-) Resultados Abrangentes		-	-
Reserva de Reavaliação Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2		-	-
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8 IT 01		-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		40	132
RESULTADO COM TERCEIROS		-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)		-	-
Base para destinações legais e estatutárias		40	132
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%		-	-
FATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%		-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO		40	132
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Alcimar Damiani de Brida
Presidente
CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
Contador
CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação regulatória						Total
	Capital social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de sobras			Saldo a disposição da AGO	
			Reserva legal	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	253	3.931	1.477	1.562	0	(67)	7.156
Capital social							
Integralização de quotas	12	-	-	-	-	-	12
Capital a integralizar	(4)	-	-	-	-	-	(4)
Devolução de capital	-	-	-	-	-	-	-
VNR -Reavaliação	-	(243)	-	-	-	-	(243)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	-	(16)	-	-	-	(16)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	98	98
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	-	-	-	-	-
Fates	-	-	-	-	5	-	5
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	45	-	-	45
Saldos em 31 de dezembro de 2015	261	3.688	1.461,00	1.607	5	31	7.053
Capital social							
Integralização de quotas	17	-	-	-	-	-	17
Capital a integralizar	(9)	-	-	-	-	-	(9)
Devolução de capital	-	-	-	-	-	-	-
VNR -Reavaliação	-	(172)	-	-	-	-	(172)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(10)	19	(29)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	0
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	4	-	-	-	4
Fates	-	-	-	-	9	-	9
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	20	-	-	20
Saldos em 31 de dezembro de 2016	269	3.516	1.465	1.627	4	12	6.893

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alcimar Damiani de Brida
 Presidente
 CPF 506.468.349-91

Ricardo Mazon Benedet
 Contador
 CRC/SC 029981/O-3

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MÜLLER
CNPJ 75.568.154/0001-83
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

	Notas	2016	2015
Atividades operacionais			
Sobra líquida do exercício		40	132
Ajuste ao resultado líquido		207	220
Depreciação e amortização		207	220
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-
Resultado ajustado do exercício		247,00	352,00
Variações no ativo circulante		44	(81)
Consumidores		40	(131)
Serviços em curso		5	(5)
Tributos compensáveis		(4)	7
Depósitos judiciais e cauções		-	(8)
Amostrarizado operacional		1	(27)
Ativos financeiros setoriais		(1)	7
Despesas antecipadas		10	(12)
Outros ativos circulantes		(7)	88
Variações no passivo circulante		43	265
Fornecedores		(68)	(26)
Empréstimo, financiamentos		-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		44	16
Tributos		(15)	24
Provisões para litígios		(12)	(60)
Encargos setoriais		(15)	78
Passivos financeiros setoriais		105	222
Outros passivos circulantes		4	11
Variações no ativo não circulante		24	27
Consumidores		25	26
Tributos compensáveis		(1)	1
Outros ativos não circulantes		-	-
Variações no passivo não circulante		14	(88)
Provisão para litígios		-	(1)
Passivos financeiros setoriais		-	93
Obrigações vinculadas a permissão		14	6
Total das atividades operacionais		372	475
Atividades de investimento			
Aumento de investimento		(2)	(3)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado		(258)	(91)
Total das atividades de investimento		(260)	(94)
Atividades de financiamento			
VNR - reavaliação		(172)	(242)
Utilização das reservas		-	-
Aumento de capital pelos sócios		9	7
Utilização das sobras		-	-
Total das atividades de financiamento		(163)	(235)
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa		(51)	146
Saldo inicial de caixa		368	222
Saldo final de caixa		317	368
Variação do caixa e equivalente de caixa		(51)	146

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de Permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, a Coopermila está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Coopermila solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas permissionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Coopermila. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor

entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatória

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 29 a 56, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 06 de março de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Coopermila agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para sobras acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº.....(nota societária de abrangentes)

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2013, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Coopermila é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCR IÇÃO	VALORES CORRENTES						Total	Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2016	TOTAL 2015	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a	Mais de 360			Até 60	Mais de 60	Até 60 dias	Mais de 60			
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Residencial	16	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-	16	12
- Industrial	217	-	-	-	-	-	217	-	-	351	-	-	-	568	601
- Comercial	6	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6	7
- Rural	258	-	-	-	-	-	258	-	-	-	-	-	-	258	269
- Poderes Públicos	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1
- Iluminação Pública	4	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4	7
- Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
- Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Fornecimento Não Faturado	11	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	11	11
TOTAL	513	-	-	-	-	-	513	-	-	351	-	-	-	864	909

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Distribuição	6.489	439	241	-	-	6.687	198	2.360	4.327	4.288	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	6.276	439	241	-	-	6.474	198,00	2.250	4.224	4.163	-	-	-
Veículos	211	0	0	-	-	211	0	109	102	123	-	-	-
Móveis e utensílios	2	-	-	-	-	2	-	1	1	2	-	-	-
Administração	1.785	13	-	-	-	1.798	13	258	1.540	1.562	-	-	-
Terrenos	546	-	-	-	-	546	-	-	546	546	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.054	2	-	-	-	1.056	2,00	163	893	914,00	-	-	-
Máquinas e equipamentos	68	11	-	-	-	79	11,00	42	37	32	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	117	-	-	-	-	117	0	53	64	70	-	-	-
Subtotal	8.274	452	241	-	-	8.485	211	2.618	5.867	5.850	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	44
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	44
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	44
Total do Ativo Imobilizado	8.274	452	241	-	-	8.485	211	2.618	5.867	5.850	44	-	44

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Distribuição	53	-	-	-	-	53	-	29	24	24
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	53	-	-	-	-	53	-	29	24	24
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	54	0	-	-	-	54	0	29	25	25
Softw ares	54	-	-	-	-	54	0	29	25	25
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	107	0	-	-	-	107	0	58	49	49
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Administração	-	-	-	-	-	-	-			
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-			
Total do Ativo Intangível	107	0	-	-	-	107	-	58	49	49

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	6.276	439	240	-	-	6.475	199
Transformador de Distribuição	1.218	89	132	-	-	1.175	(43)
Medidor	100	22	15	-	-	107	7
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.503	40	45	-	-	1.498	-5
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.405	279	48	-	-	3.636	231
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	50	9	-	-	-	59	9
Obrigações Especiais do AIS Bruto	30	14	-	-	-	44	14
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	30	14	-	-	-	44	14
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,36	6.686	2.360	4.326	4.288
Custo histórico	4,83	4.123	1.310	2.813	2.605
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação	3,89	2.563	1.050	1.513	1.683
Administração	2,35	1.799	259	1.540	1.563
Custo histórico	4,06	727	223	504	520
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação	0,65	1.072	36	1.036	1.043
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		8.485	2.619	5.866	5.851
Em curso					
Distribuição		-	-	-	-
Administração		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-	-
		-	-	-	-
		8.485	2.619	5.866	5.851

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	-	-	-	-	-	-	-

Observação: Para Coopermilas que tenham contabilizado reavaliação de elementos de ativos imobilizados, deve ser incluído na Nota um texto sobre a reavaliação, informando todos os detalhes pertinentes.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº - 674 de 11/08/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	6,67
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	3,57
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	4,35
Regulador de tensão	4,00
Transformador	
Administração central	
Edificações	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na Permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem		em R\$ mil
1.	POSTE DE CONCRETO D.T. 10mts/300daN	83
2.	POSTE DE CONCRETO D.T. 10mts/300daN	21
3.	CABO DE ALUMINIO 1/0 AWG CAA	18
4.	POSTE DE CONCRETO D.T. 11mts/300daN	12
5.	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 30 kVA CLASSE 15kV	11
6.	POSTE DE CONCRETO D.T. 10mts/300daN	11
7.	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 112,5 kVA CLASSE 15kV	11
8.	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 30 kVA CLASSE 15kV	10
9.	CHAVE RELIGADORA 3 FUSIVEIS	10
10.	CHAVE RELIGADORA 3 FUSIVEIS	10

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem		em R\$ mil
1.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 75 KVA	24
2.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 15 KVA	18
3.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 15 KVA	13
4.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 30 KVA	11
5.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 30 KVA	11
6.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 10 KVA	11
7.	CABO DE ALUMINIO 4 AWG CAA	10
8.	TRANSFORMADOR MONO. 15 KV 25 KVA	9
9.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 15 KVA	6
10.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 45 KVA	6

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de Permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/15	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/16	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2	3	2	-	-	3	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	2	3	2	-	-	3	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2	3	2	-	-	3	-	-	-	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/15	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/16	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	222	409	304,00	-	-	327	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	8	61	20,00	-	-	49	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	214	348	284	-	-	278	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	222	409,00	304,00	-	-	327	-	-	-	-

7. Empréstimos e Financiamentos

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma c	
																2T-4T2014	2015
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-												-	-
Linha 02	-	-	-	-												-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1	-	1	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-
Linha 01 (Banco do Brasil S.A)	-	1	-	1												-	-
Linha 02	-	-	-	-												-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-												-	-
União	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-
União 01	-	-	-	-												-	-
União 02	-	-	-	-												-	-
Estado	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-
Estado 01	-	-	-	-												-	-
Estado 02	-	-	-	-												-	-
Município	-	-	-	-												-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-
Pensão 01	-	-	-	-												-	-
Pensão 02	-	-	-	-												-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-												-	-
Renegociação 02	-	-	-	-												-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-												-	-
Mútuo 02	-	-	-	-												-	-
Diversos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-
Outros 01	-	-	-	-												-	-
Outros 02	-	-	-	-												-	-
Total por Dívida	-	-	-	-												-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1,00	-	1,00												-	-
Tributária	-	-	-	-												-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-												-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-												-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-												-	-
Diversos	-	-	-	-												-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronogr			
															2T-4T2014	2015	2016	
9	Ativos Financeiros	-	317,00	-	317,00											-	-	-
9,1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	317,00	-	317,00	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar		-	-	-
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	14,00	-	14,00											-	-	-
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	-	9,00	-	9,00											-	-	-
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	-	284,00	-	284,00											-	-	-
9.1.4	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-											-	-	-
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	10,00	-	10,00											-	-	-
9.1.6	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-											-	-	-
9,2	Mútuos Ativos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar		-	-	-
9.2.1	Mútuo 01	-	-	-	-											-	-	-
9.2.6	Mútuo 02	-	-	-	-											-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil - Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil *
TOTAL DERIVATIVOS						-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2016	Total 2015
Dívida Bruta	-	1	-	1	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1	-	1	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	317	-	317	368
Alta Liquidez	-	14	-	14	27
Demais Aplicações Financeiras	-	303	-	303	341
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	-	-	-	-

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2016	2015
Ativo circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
	-	-
Ativo não circulante		
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-
	-	-
	-	-

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela administração da Coopermila serão realizados em 05 anos.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015	33	-	383	-	-	-	416
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	12	-	-	-	-	-	12
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	21	-	383	-	-	-	404

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	-	44	-	-	44
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	44	-	-	44
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	44	-	-	44
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	-	44	-	-	44

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em curso	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Em serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em curso	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem		em R\$ mil
1.	Excedente de reativos	14
2.		-
3.		-
4.		-
5.		-
6.		-
7.		-
8.		-
9.		-
10.		-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem		em R\$ mil
1.		-
2.		-
3.		-
4.		-
5.		-
6.		-
7.		-
8.		-
9.		-
10.		-

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 269 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

“Art. 14. O capital social da Coopermila é representado por cotas - partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mas nunca será inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) corrigidos anualmente no mês de janeiro pelo IGP –M da Fundação Getulio Vargas, ou outro indexador que venha a substituí-lo”.

“Atendendo a determinação da assembleia geral os valores não estão sendo corrigidos deste o ano de 2010, ficando estabelecido o valor de integralização em R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).”

	Número de associados	Número quotas partes	%
Associados	1.142	269	100

Reservas de Capital

Reservas de Capital	2016	2015
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	2.003	2.005
	2.003	2.005

Reservas de lucros

Reservas de sobras	2016	2015
Reserva legal	1.465	1.461
sobras a realizar	-	-
Reserva para investimentos	1.631	1.612
	3.096	3.073

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício pela legislação societária.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	1.161	1.129	13.174	12.308	5.414	4.596
Residencial	165	158	238	233	115	99
Industrial	4	5	6878	6.074	3.053	2.578
Comercial	31	31	101	102	54	48
Rural	942	916	5809	5.772	2.138	1.830
Poder público	16	16	13	13	7	6
Iluminação pública	1	1	125	102	42	30
Serviço público	2	2	10	12	5	5
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					-	-
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências					(14)	(7)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos		-			(14)	(7)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					1	4
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros					-	-
Setoriais					(33)	77
Serviços Cobráveis					1	1
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					794	674
Total	1.161	1.129	13.174	12.308	6.163	5.345

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Coopermil não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2016	2015
Pessoal	660	524
Remuneração	404	348
Encargos	182	137
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	74	39
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	-	-
Administradores	155	131
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	155	131
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	815	655

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Sobras antes do imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social calculados (X% e X%)	-	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 20X1, das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T) e Comercialização (C).

R\$ Mil em 2016	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Receita / Ingresso				
Fornecimento de energia elétrica				
Suprimento de energia elétrica				
Energia Elétrica de Curto Prazo				
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição				
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais				
Serviços cobráveis				
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido				
Outras receitas				
Tributos				
ICMS				
PIS-PASEP				
Cofins ISS				
ISS				
Encargos - Parcela "A"				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D				
Programa de Eficiência Energética - PEE				
Reserva Global de Reversão - RGR				
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE				
Outros encargos				
Receita líquida / Ingresso líquido				
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"				
Energia elétrica comprada para revenda				
Encargo de transmissão, conexão e distribuição				
Encargos e demais despesas setoriais				
Perdas pelo valor de indenização / renovação				
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida				
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos financeiros setoriais				
(-) Reversão de devolução tarifária				
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos financeiros setoriais				
Outros				
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica				
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica				
Resultado antes dos custos gerenciáveis				
Custos gerenciáveis - Parcela "B"				
Pessoal e administradores				
Material				
Serviços de terceiros				
Arrendamento e aluguéis				
Seguros				
Doações, contribuições e subvenções				
Provisões				
Perdas na alienação de bens e direitos				
(-) Recuperação de despesas				
Tributos				
Depreciação e amortização				
Gastos diversos				
Outras Receitas Operacionais				
Outras Despesas Operacionais				
Resultado da Atividade				

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A permissionária possui somente uma Unidades de Negócio.

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011. as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

De acordo com o contrato de Permissão, a revisão tarifária desta Coopermila deveria ter ocorrido no dia 28 de setembro de 2012. Tendo em vista as discussões em andamento da metodologia a ser aplicada no 1º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1355/2012., resolveu manter as mesmas tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2011, até que a nova metodologia seja definida e aplicada.

Essas novas tarifas, produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2012 até 27 de setembro de 2013. Em setembro de 2013, a ANEEL homologou a revisão tarifária da Coopermila através da Resolução Homologatória nº 1.609./2013.

A revisão tarifária periódica do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa ocorreu no ano em curso. Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte nesta revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas no Módulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.150, de 27 de setembro de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Coopermila cujo reajuste médio foi de 4,53%, correspondendo a um efeito médio de -3,44% percebido pelos consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória (Receita Requerida)

Nos reajustes e revisões periódicas a Receita Requerida será definida pela Aneel com base no pleito realizado pela Permissionária, na legislação setorial, nos custos vigentes de encargos, transmissão e aquisição de energia, e nos limites de receita definidos no Submódulo PRORET 8.4.

O componente de distribuição da Receita Requerida, denominado Parcela B, ficará limitado aos valores da tabela abaixo.

PERMISSIONÁRIA	PARLCEA B TETO (R \$)
COOPERMILA	1.796.681
CERCOS	2.979.325
CERAL DIS	3.040.320
CERAL ANITÁPOLIS	3.467.986
CERMC	3.522.285
CERGAPA	5.312.273
CERNHE	5.653.221
CERIS	5.972.555
CERGRAL	6.112.751
CEJAMA	6.197.991
CERPRO	6.215.508
CERES	6.798.020
CEDRI	7.538.077
CERRP	8.140.429
CERTREL	9.109.134
CERIM	10.122.999
CEDRAP	10.714.895

Tabela 1: Teto de Parcela B definido para os Pleitos encaminhados em 2016.

Os valores apresentados na tabela 1 serão atualizados anualmente pela variação do IPCA e pelo crescimento do mercado de baixa tensão. Na apuração do crescimento de mercado serão considerados os dados mais recentes disponíveis. A ANEEL deverá publicar os valores no mês de janeiro de cada ano.

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

A Base de Anuidade Regulatória (BAR) também esta inclusa na parcela B estabelecida no PRORET 8.4 obedecendo a limitação pré estabelecida neste submodulo.

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada as permissionárias não prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Coopermila é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

	Receita Último IRT	Receita Verificada	Revisão	Var Projetado	Impacto na Revisão Tarifária	Part. Receita
Descrição	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%)	(%)	(%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)						
1.1. Encargos Setoriais	542					
TFSEE	8	-				
CDE	424	-				
PROINFA	110	-				
P&D (Eficiência Energética)	0	-				
1.2. Transmissão	790					
Rede Básica	0	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	0	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	790	-	-	-	-	-
Outros	0	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	2.031					
CCEAR Existente	0	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova						
Contratos Bilaterais	2.031					
Itaipu	0	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	1.641					
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	1.325					
2.2. Remuneração	61					
2.3. Depreciação	210					
2.4. Receitas Irrecuperáveis	1					
2.5. Outras Receitas	44					
3. Reposicionamento Econômico	4,53%					
4. Componentes Financeiros	(364)					
5. Reposicionamento com Financeiros	-2,56%					
6. Financeiros Retirados do IRT anterior						
7. Efeito para Consumidor	-2,29%					

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Coopermilla seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Coopermilla seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Conciliação do Balanço Patrimonial

	Notas	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		1.215	-	1.215	1.310	17	1.293
Caixa e equivalentes de caixa		317	-	317	368	-	368
Consumidores		546	-	546	586	-	586
Serviços em curso		-	-	-	5	-	5
Tributos compensáveis		20	-	20	16	-	16
Depósitos judiciais e cauções		8	-	8	8	-	8
Almojarifado operacional		197	-	197	196	-	196
Ativos financeiros setoriais		3	-	3	2	-	2
Despesas pagas antecipadamente		3	-	3	14	-	14
Outros ativos circulantes		121	-	121	115	17	98
Ativo não circulante		7.166	1.513	5.653	7.173	1.683	5.490
Consumidores		374	-	374	399	-	399
Tributos compensáveis		12	-	12	11	-	11
Outros ativos não circulantes		-	(1.182)	1.182	-	(967)	967
Bens e atividades não vinculadas à concessão		865	-	865	863	-	863
Imobilizado		5.866	4.209	1.657	5.851	4.146	1.705
Intangível		49	(1.514)	1.563	49	(1.496)	1.545
Total do ativo		8.381	1.513	6.868	8.483	1.700	6.783

	Notas	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		1.061	-	1.061	1.017	-	1.017
Fornecedores		360	-	360	428	-	428
		1	-	1	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		87	-	87	43	-	43
Tributos		118	-	118	133	-	133
Provisão para litígios		21	-	21	33	-	33
Encargos setoriais		123	-	123	138	-	138
Passivos financeiros setoriais		327	-	327	222	-	222
Outros passivo circulantes		24	-	24	20	-	20
Passivo não circulante		427	-	427	413	-	413
Provisão para litígios		383	-	383	383	-	383
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas a permissão		44	-	44	30	-	30
Total do passivo		1.488	-	1.488	1.430	0	1.430
Patrimônio líquido							
Capital social		269	-	269	261	-	261
Outros Resultados Abrangentes		3.516	1.513	2.003	3.688	1.682	2.006
Reserva de Sobras		3.096	-	3.096	3.073	1	3.072
Sobras a disposição da AGO		12	0	12	31	17	14
Total do patrimônio líquido		6.893	1.513	5.380	7.053	1.700	5.353
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.381	1.513	6.868	8.483	1.700	6.783

Conciliação Demonstração do Resultado

Notas	2016			2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	6.163	559	6.722	5.345	398	5.743
Fornecimento de energia elétrica	5.368	-	5.368	4.670	(83)	4.587
Serviços cobráveis	1	-	1	1	-	1
Doações, contribuições e subvenções	794	-	794	674	-	674
Outras receitas vinculadas	-	559	559	-	481	481
Tributos	1.227	-	1.227	1.040	-	1.040
ICMS	1.227	-	1.227	1.040	-	1.040
Encargos - Parcela "A"	657	-	657	545	-	545
Pesquisa e desenvolvimento - p&d	14	-	14	19	-	19
Programa de eficiência energética - pee	14	-	14	19	-	19
Conta de desenvolvimento energético - cde	588	-	588	203	-	203
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee	7	-	7	6	-	6
Outros encargos	34	-	34	298	-	298
Receita líquida / Ingresso líquido	4.279	559	4.838	3.760	398	4.158
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	2.864	-	2.864	2.302	-	2.302
Energia elétrica comprada para revenda	2.020	-	2.020	1.509	-	1.509
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	82	-	82	78	-	78
Encargo de uso do sistema de distribuição	762	-	762	715	-	715
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.415	559	1.974	1.458	398	1.856
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	1.530	(559)	2.089	1.341	(484)	1.823
Pessoal e administradores	815	-	815	655	-	655
Material	154	-	154	132	-	132
Serviços de terceiros	254	-	254	260	-	260
Seguros	4	-	4	3	-	3
Perdas na alienação de bens e direitos	27	27	-	31	31	-
(-) Recuperação de Despesas	-5	-5	-	-1	-1	-
Tributos	21	-	21	27	-1	28
Depreciação e amortização	207	-	207	220	-	220
Gastos diversos da atividade vinculada	131	(445)	576	80	(395)	475
Outras receitas operacionais	109	-109	-	88	(88)	-
Outros despesas operacionais	31	(27)	58	20	(30)	50
Resultado da Atividade	-115	-	-115	117	-86	33
Resultado financeiro	155	-	155	15	1	14
Receita financeiras	208	-	208	90	0	90
Despesas financeiras	53	-	53	75	1	76
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras	40	-	40	132	(85)	47
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	40	-	40	132	(85)	47
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade						
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos asso	0,47			0,60		
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis						

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

18.1. Consumidores

Não existem ajustes entre as práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não existem ajustes entre as práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária para o exercício de 2016.

Os ativos e passivos setoriais estão em concordância com o OPC 08.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a concessão em serviço

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a concessão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado qualquer remuneração aos ativos financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Saldos no início do exercício	6.893	7.053
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(1.513)	(1.700)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	(1.513)	(1.700)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	5.380	5.353

Reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente da aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, que não é aceito na contabilidade societária.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2016	2015
Sobras (perdas) líquido conforme contabilidade societária	40	47
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	-	85
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	85
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	-	-
...	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	40	132

Ativos e passivos financeiros setoriais - o efeito é decorrente da realização de passivo financeiro proveniente do 1º ciclo de revisão tarifária periódica que não é aceito na contabilidade societária.

19. Formatação básica das notas explicativas

As notas explicativas da administração que integram estas demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência a legislação vigente e teve sua divulgação autorizada pelo Conselho de Administração e assembleia geral ordinária.

Atendem satisfatoriamente aos princípios contábeis aplicados no Brasil as determinações da contabilidade regulatória com

Dados expressos em, milhares de reais.

PARECER DA AUDITÓRIA REGULATÓRIA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

São José (SC), 20 de Abril de 2017.

Ilmos. Srs. Diretores da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA
Lauro Muller - SC

Concluindo os trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias correspondentes ao exercício de 2016, encaminhamos o Relatório de Auditoria sobre os exames realizados nos dias 19 e 20 de Abril de 2017, contendo:

Relatório Demonstrações Contábeis Regulatórias

- a) Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis regulatórias
- b) Demonstrações Contábeis
- c) Balanço Patrimonial
- d) Demonstração do Resultado
- e) Mutações do Patrimônio Líquido
- f) Demonstração do Fluxo de Caixa
- h) Notas Explicativas

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos nossas,

Cordiais Saudações



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Gerente

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA

Lauro Muller - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA** com data de 27 de Janeiro de 2017.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

2

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 20 de abril de 2017.



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O -7 SC

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012 SC

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais).

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO

	Notas	2016	2015
Ativo			
Ativo circulante		1.215	1.310
Caixa e equivalentes de caixa	5	317	368
Consumidores	7	546	586
Serviços em curso	8	0	5
Tributos compensáveis	9	20	16
Depósitos judiciais e cauções		8	8
Almoxarifado operacional	10	197	196
Ativos financeiros setoriais		3	2
Despesas pagas antecipadamente	11	3	14
Outros ativos circulantes	12	121	115
Bens destinados a alienação		865	863
Ativo não circulante		6.301	6.310
Consumidores		374	399
Tributos compensáveis	9	12	11
Imobilizado	15	5.866	5.851
Intangível	15	49	49
Total do ativo		8.381	8.483
	Notas	2016	2015
Passivo			
Passivo circulante		1.061	1.017
Fornecedores	16	360	428
Empréstimos e financiamentos		1	
Obrigações sociais e trabalhistas	18	87	43
Tributos	19	118	133
Provisão para litígios	20	21	33
Encargos setoriais	21	123	138
Passivos financeiros setoriais	22	327	222
Obrigações com associados		-	-
Outros passivo circulantes	23	24	20
Passivo não circulante		427	413
Provisão para litígios	20	383	383
Passivos financeiros setoriais		-	-
Obrigações vinculadas a permissão	24	44	30
Total do passivo		1.488	1.430
Patrimônio líquido			
Capital social	25	269	261
Outros Resultados Abrangentes		3.516	3.688
Reserva de Sobras	27	3.096	3.073
Sobras a disposição da AGO	28	12	31
Total do patrimônio líquido		6.893	7.053
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.381	8.483

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO

	2016	2015
Operações em continuidade		
Receita / ingresso	6.163	5.345
Fornecimento de energia elétrica	5.368	4.670
Serviços cobráveis	1	1
Doações, contribuições e subvenções	794	674
Tributos	1.227	1.040
ICMS	1.227	1.040
Encargos - Parcela "A"	657	545
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14	19
Programa de eficiência energética – PEE	14	19
Conta de desenvolvimento energético – CDE	588	203
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	7	6
Outros encargos	34	298
Receita líquida / Ingresso líquido	4.279	3.760
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	2.864	2.302
Energia elétrica comprada para revenda	2.020	1.509
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra	82	78
Encargo de uso do sistema de distribuição	762	715
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	1.415	1.458
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	1.608	1.341
Pessoal e administradores	815	655
Material	154	132
Serviços de terceiros	254	260
Seguros	4	3
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	27	31
(-) Recuperação de Despesas	-5	-1
Tributos	21	27
Depreciação e amortização	207	220
Gastos diversos	131	80
Outras receitas operacionais	109	88
Outros despesas operacionais	31	20
Resultado da Atividade	-115	117
Resultado financeiro	155	15
Receita financeiras	208	90
Despesas financeiras	53	75
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras	40	132
(-) Contribuição social	-	-
(-) Imposto de renda	-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	40	132

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REGULATORIO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado do Exercício RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	<u>40</u>	<u>132</u>
Outros Resultados Abrangentes (+/-) Resultados Abrangentes	-	-
Reserva de Reavaliação Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>40</u>	<u>132</u>
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	<u>40</u>	<u>132</u>
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	-	-
FATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	<u>40</u>	<u>132</u>

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais).

DEMONSTRAÇÃO DOS FUXOS DE CAIXA REGULATORIOS

	Notas	2016	2015
Atividades operacionais			
Sobra líquida do exercício		40	132
Ajuste ao resultado líquido		207	220
Depreciação e amortização		207	220
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-
Resultado ajustado do exercício		247,00	352,00
Variações no ativo circulante		44	(81)
Consumidores		40	(131)
Serviços em curso		5	(5)
Tributos compensáveis		(4)	7
Depósitos judiciais e cauções		-	(8)
Almojarifado operacional		1	(27)
Ativos financeiros setoriais		(1)	7
Despesas antecipadas		10	(12)
Outros ativos circulantes		(7)	88
Variações no passivo circulante		43	265
Fornecedores		(68)	(26)
Empréstimo, financiamentos		-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		44	16
Tributos		(15)	24
Provisões para litígios		(12)	(60)
Encargos setoriais		(15)	78
Passivos financeiros setoriais		105	222
Outros passivos circulantes		4	11
Variações no ativo não circulante		24	27
Consumidores		25	26
Tributos compensáveis		(1)	1
Outros ativos não circulantes		-	-
Variações no passivo não circulante		14	(88)
Provisão para litígios		-	(1)
Passivos financeiros setoriais		-	93
Obrigações vinculadas a permissão		14	6
Total das atividades operacionais		372	475
Atividades de investimento			
Aumento de investimento		(2)	(3)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado		(258)	(91)
Total das atividades de investimento		(260)	(94)
Atividades de financiamento			
VNR - reavaliação		(172)	(242)
Utilização das reservas		-	-
Aumento de capital pelos sócios		9	7
Utilização das sobras		-	-
Total das atividades de financiamento		(163)	(235)
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa		(51)	146
Saldo inicial de caixa		368	222
Saldo final de caixa		317	368
Variação do caixa e equivalente de caixa		(51)	146

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA

75.568.154/0001-83

Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016.
(Valores expressos em milhares de reais).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO

	Capital social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de sobras			Saldo a disposição da AGO	Legislação regulatória	Total
			Reserva legal	FEMSD	FATES			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	283	3.931	1.477	1.862	0	(87)	7.166	
Capital social	12	-	-	-	-	-	12	
Integralização de quotas	(4)	-	-	-	-	-	(4)	
Capital a integralizar	-	-	-	-	-	-	-	
Devolução de capital	-	(243)	-	-	-	-	(243)	
VNR - Reavaliação	-	-	(16)	-	-	-	(16)	
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	98	98	
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-	
Fates - Art. 87 da Lei 6.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	5	-	5	
Destinações estatutárias:	-	-	-	-	-	-	-	
Fundo de reserva	-	-	-	45	-	-	45	
Fates	-	-	-	-	-	-	-	
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	281	3.688	1.461,00	1.807	6	31	7.063	
Capital social	17	-	-	-	-	-	17	
Integralização de quotas	(6)	-	-	-	-	-	(6)	
Capital a integralizar	-	-	-	-	-	-	-	
Devolução de capital	-	(172)	-	-	-	-	(172)	
VNR - Reavaliação	-	-	-	-	(10)	19	(29)	
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	0	0	
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-	
Fates - Art. 87 da Lei 6.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	9	-	9	
Destinações estatutárias:	-	-	-	-	-	-	-	
Fundo de reserva	-	-	4	-	-	-	4	
Fates	-	-	-	20	-	-	20	
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	269	3.516	1.466	1.827	4	12	6.893	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de Permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, a Coopermila está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subseqüentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste de inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subseqüente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo de energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Coopermila solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas permissionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Coopermila. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatória

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 29 a 56, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 06 de março de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Coopermila agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para sobras acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº.....(nota societária de abrangentes)

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2013, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 26 de setembro de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Coopermila é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						Total	Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2016	TOTAL 2015	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 90 dias	Mais de 90	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a	Mais de 360			Até 90 dias	Mais de 90	Até 90 dias	Mais de 90			
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Residencial	16	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-	16	12	
- Industrial	217	-	-	-	-	217	-	-	351	-	-	-	568	601	
- Comercial	6	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6	7	
- Rural	250	-	-	-	-	250	-	-	-	-	-	-	250	280	
- Poderes Públicos	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	
- Iluminação Pública	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4	7	
- Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	
- Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Perfeccionamento Não Faturado	11	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	11	11	
TOTAL	513	-	-	-	-	513	-	-	351	-	-	-	884	909	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015		Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015		Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2015		Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
	(A)	(B)				(A)	(B)			em 31/12/2015	em 31/12/2015			
Distribuição	6.489	439	241	-	-	6.987	198	2.360	4.327	4.268	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estruturas, obras civis e benfeitorias	6.276	439	241	-	-	6.874	198,00	2.250	4.224	4.163	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	211	0	0	-	-	211	0	109	102	123	-	-	-	-
Veículos	2	-	-	-	-	2	-	1	1	2	-	-	-	-
Móveis e utensílios	1.765	13	-	-	-	1.798	13	258	1.540	1.522	-	-	-	-
Administração	548	-	-	-	-	548	-	-	548	548	-	-	-	-
Terrenos	1.054	2	-	-	-	1.056	2,00	163	863	914,00	-	-	-	-
Estruturas, obras civis e benfeitorias	88	11	-	-	-	79	11,00	42	37	32	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	117	-	-	-	-	117	0	53	64	70	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	8.274	452	241	-	-	8.485	211	2.518	5.967	5.950	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	5.274	452	241	-	-	5.774	211	2.518	5.967	5.950	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	5.274	452	241	-	-	5.774	211	2.518	5.967	5.950	-	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	13.548	904	482	-	-	14.259	422	5.036	11.934	11.900	-	-	-	-

A composição do intangível é como segue:



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Distribuição	53	-	-	-	-	53	-	29	24	24
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	53	-	-	-	-	53	-	29	24	24
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	54	0	-	-	-	54	0	29	25	25
Softwares	54	-	-	-	-	54	0	29	25	25
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	107	0	-	-	-	107	0	58	49	49
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	107	0	-	-	-	107	-	58	49	49

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	6.276	438	240	-	-	6.473	198
Transformador de Distribuição	1.218	86	132	-	-	1.172	(43)
Medidor	100	22	15	-	-	107	7
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.503	40	45	-	-	1.498	(5)
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.405	279	48	-	-	3.636	231
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	50	9	-	-	-	59	9
Obrigações Especiais do AIS Bruto	30	14	-	-	-	44	14
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&C	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originais de Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de restivos	30	14	-	-	-	44	14
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	4,36	6.686	2.360	4.326
Custo histórico	4,63	4.123	1.310	2.813
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	3,89	2.563	1.050	1.513
Administração	2,35	1.798	259	1.540
Custo histórico	4,06	727	223	504
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	0,65	1.072	36	1.036
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
		8.485	2.619	5.866
Em curso				
Distribuição	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-
		-	-	-
		8.485	2.619	5.866

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Adições de Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação Amortização	Outros Gastos	Total
Terreno							
Reservatórios, Barragens e Adutoras							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias							
Máquinas e Equipamentos							
Móveis e Utensílios							
A-Taxas							
Desenvolvimento de Projetos							
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais							
Materiais em Depósito							
Compras em Andamento							
Adiantamentos a Fornecedores							
Depósitos Judiciais							
Outros							
Total das Adições							

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº - 674 de 11/08/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	6,67
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	3,57
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	4,35
Regulador de tensão	4,00
Transformador	
Administração central	
Edificações	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na Permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	POSTE DE CONCRETO D.T. 10mts/300daN	83
2	POSTE DE CONCRETO D.T. 10mts/300daN	21
3	CABO DE ALUMINIO 1/0 AWG CAA	18
4	POSTE DE CONCRETO D.T. 11mts/300daN	12
5	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 30 kVA CLASSE 15kV	11
6	POSTE DE CONCRETO D.T. 10mts/300daN	11
7	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 112,5 kVA CLASSE 15kV	11
8	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 30 kVA CLASSE 15kV	10
9	CHAVE RELIGADORA 3 FUSÍVEIS	10
10	CHAVE RELIGADORA 3 FUSÍVEIS	10

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 75 KVA	24
2.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 15 KVA	18
3.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 15 KVA	13
4.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 30 KVA	11
5.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 30 KVA	11
6.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 10 KVA	11
7.	CABO DE ALUMINIO 4 AWG CAA	10
8.	TRANSFORMADOR MONO. 15 KV 25 KVA	9
9.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 15 KVA	6
10.	TRANSFORMADOR TRIFA. 15 KV 45 KVA	6

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de Permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/15	Adição	Amortização	Reversagem	Transferências	Saldo em 31/12/16	Valores em amortização	Valores em construção	Circulante	Não circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2	3	2	-	-	3	-	-	-	-
Mapeação PGCOE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	2	3	2	-	-	-	-	-	-	-
Subvenção de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Imposto no RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão de Redução de Valor Bônus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2	3	2	-	-	3	-	-	-	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/15	Adição	Amortização	Reversagem	Transferências	Saldo em 31/12/16	Valores em amortização	Valores em construção	Circulante	Não circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	327	409	354,00	-	-	327	-	-	-	-
Mapeação PGCOE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	8	61	30,00	-	-	49	-	-	-	-
Subvenção de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	214	348	324	-	-	276	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	327	409,00	354,00	-	-	327	-	-	-	-

7. Empréstimos e Financiamentos

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2016	2015
Ativo circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
Ativo não circulante		
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela administração da Coopermila serão realizados em 05 anos.

9. Provisões para Litígios

RS Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015	33	-	383	-	-	-	416
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	12	-	-	-	-	-	12
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	21	-	383	-	-	-	404

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	-	44	-	-	44
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	44	-	-	44
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	44	-	-	44
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	-	44	-	-	44

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Rescisões	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas e (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Em curso	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subs. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Rescisamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Utilização de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de receita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas reguladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Total	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Rescisões	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas e (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Em curso	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subs. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Rescisamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Utilização de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de receita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas reguladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30
Total	30	14	-	-	-	44	14	-	44	30

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	Excedente de reativos	14
2.		-
3.		-
4.		-
5.		-
6.		-
7.		-
8.		-
9.		-
10.		-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.		-
2.		-
3.		-
4.		-
5.		-
6.		-
7.		-
8.		-
9.		-
10.		-

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 269 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

"Art. 14. O capital social da Coopermila é representado por cotas - partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mas nunca será inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) corrigidos anualmente no mês de janeiro pelo IGP -M da Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que venha a substituí-lo".

"Atendendo a determinação da assembleia geral os valores não estão sendo corrigidos deste o ano de 2010, ficando estabelecido o valor de integralização em R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais)."

	Número de associados	Número quotas partes	%
Associados	1.142	269	100

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Reservas de Capital

Reservas de Capital	2016	2015
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	2.003	2.005
	<u>2.003</u>	<u>2.005</u>

Reservas de lucros

Reservas de sobras	2016	2015
Reserva legal	1.465	1.461
sobras a realizar	-	-
Reserva para investimentos	1.631	1.612
	<u>3.096</u>	<u>3.073</u>

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício pela legislação societária.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta:

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	1.161	1.129	13.174	12.308	5.414	4.596
Residencial	165	158	238	233	115	99
Industrial	4	5	6878	6.074	3.053	2.578
Comercial	31	31	101	102	54	48
Rural	942	916	5809	5.772	2.138	1.830
Poder público	16	16	13	13	7	6
Iluminação pública	1	1	125	102	42	30
Serviço público	2	2	10	12	5	5
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					-	-
Consumidores Calvos					-	-
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissonárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências					(14)	(7)
(-) Trasl p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					-	-
(-) Trasl p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Realivos					(14)	(7)
(-) Trasl p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					1	4
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros					-	-
Setoriais					(33)	77
Serviços Cobráveis					1	1
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					794	674
Total	1.161	1.129	13.174	12.308	6.163	5.345

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Coopermila não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2016	2015
Pessoal	660	524
Remuneração	404	348
Encargos	182	137
Providência privada - Corrente	-	-
Benefício-Pós-emprego - Providência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	74	39
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	-	-
Administradores	155	131
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	155	131
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	815	655

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Sobras antes do imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social calculados (X% e X%)	-	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 20X1, das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T) e Comercialização (C).

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

RS Mil em 2016	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Receita / Ingresso				
Fornecimento de energia elétrica				
Suprimento de energia elétrica				
Energia Elétrica de Curto Prazo				
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição				
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais				
Serviços cobráveis				
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido				
Outras receitas				
Tributos				
ICMS				
RS-PASEP				
Cofins ISS				
ISS				
Encargos - Parcela "A"				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D				
Programa de Eficiência Energética - FEE				
Reserva Global de Reversão - RGR				
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos				
Índices - CFURH				
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE				
Outros encargos				
Receita líquida / Ingresso líquido				
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"				
Energia elétrica comprada para revenda				
Encargo de transmissão, conexão e distribuição				
Encargos e demais despesas setoriais				
Perdas pelo valor de indenização / renovação				
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida				
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais				
ativos financeiros setoriais				
(-) Reversão de devolução tarifária				
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos				
financeiros setoriais				
Outros				
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica				
Reembolso de COC/CDE de combustível para produção de energia elétrica				
Resultado antes dos custos gerenciáveis				
Custos gerenciáveis - Parcela "B"				
Pessoal e administradores				
Material				
Serviços de terceiros				
Arrendamento e aluguel				
Seguros				
Doações, contribuições e subvenções				
Provisões				
Perdas na alienação de bens e direitos				
(-) Recuperação de despesas				
Tributos				
Depreciação e amortização				
Costos diversos				
Outras Receitas Operacionais				
Outras Despesas Operacionais				

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A permissionária possui somente uma Unidades de Negócio.

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011, as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

De acordo com o contrato de Permissão, a revisão tarifária desta Coopermila deveria ter ocorrido no dia 28 de setembro de 2012. Tendo em vista as discussões em andamento da metodologia a ser aplicada no 1º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1355/2012, resolveu manter as mesmas tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2011, até que a nova metodologia seja definida e aplicada.

Essas novas tarifas, produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2012 até 27 de setembro de 2013. Em setembro de 2013, a ANEEL homologou a revisão tarifária da Coopermila através da Resolução Homologatória nº 1.609/2013.

A revisão tarifária periódica do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa ocorreu no ano em curso. Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte nesta revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas no Módulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.150, de 27 de setembro de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Coopermila cujo reajuste médio foi de 4,53%, correspondendo a um efeito médio de -3,44% percebido pelos consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória (Receita Requerida)

Nos reajustes e revisões periódicas a Receita Requerida será definida pela Aneel com base no pleito realizado pela Permissionária, na legislação setorial, nos custos vigentes de encargos, transmissão e aquisição de energia, e nos limites de receita definidos no Submódulo PRORET 8.4.

O componente de distribuição da Receita Requerida, denominado Parcela B, ficará limitado aos valores da tabela abaixo.

PERMISSIONÁRIA	PARCELA B TETO (R \$)
COOPERMILA	1.796.681
CERCOS	2.979.325
CERAL DIS	3.040.320
CERAL ANITÁPOLIS	3.467.986
CERMC	3.522.285
CERGAPA	5.312.273
CERNHE	5.653.221
CERIS	5.972.555
CERGRAL	6.112.751
CEJAMA	6.197.991
CERPRO	6.215.508
CERES	6.798.020
CEDRI	7.538.077
CERRP	8.140.429
CERTREL	9.109.134
CERIM	10.122.999
CEDRAP	10.714.895

Tabela 1: Teto de Parcela B definido para os Pleitos encaminhados em 2016.

Os valores apresentados na tabela 1 serão atualizados anualmente pela variação do IPCA e pelo crescimento do mercado de baixa tensão. Na apuração do crescimento de mercado serão considerados os dados mais recentes disponíveis. A ANEEL deverá publicar os valores no mês de janeiro de cada ano.

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

A Base de Anuidade Regulatória (BAR) também está incluída na parcela B estabelecida no PRORET 8.4 obedecendo a limitação pré estabelecida neste submódulo.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada as permissionárias não prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Coopermila é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens de receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita	Revisão	Var	Impacto	Part.
	Última RTF	Verificada				
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%)	Revisão	(%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)						
1.1. Encargos Setoriais	542					
TPSE	8					
CDE	434					
PROFPA	110					
RIO (Eficiência Energética)	0					
1.2. Transmissão	700					
Rede Básica	0					
Rede Básica Fronteira Raço	0					
Conexão CLRD	790					
Outros	0					
1.3. Compra de Energia	2.031					
CEGAR Existente	0					
CEGAR Nova						
Contratos Bilaterais	2.031					
Raço	0					
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	1.641					
2.1. Custos Operacionais - Anuidades	1.325					
2.2. Remuneração	61					
2.3. Depreciação	210					
2.4. Receitas Inoperáveis	1					
2.5. Outras Receitas	44					
3. Reposicionamento Econômico	4,57%					
4. Componentes Financeiros	(364)					
5. Reposicionamento com Financeiros	-2,56%					
6. Financeiros Retirados do RTF anterior						
7. Bônus para Consumidor	-2,21%					

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Coopermila seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Coopermila seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Conciliação do Balanço Patrimonial

Ativo	2016			2015			
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante		1.215	-	1.215	1.310	17	1.293
Caixa e equivalentes de caixa		317	-	317	368	-	368
Consumidores		546	-	546	588	-	588
Serviços em curso		-	-	-	5	-	5
Tributos compensáveis		20	-	20	16	-	16
Depósitos judiciais e cações		8	-	8	8	-	8
Arroxafado operacional		197	-	197	196	-	196
Ativos financeiros setoriais		3	-	3	2	-	2
Despesas pagas antecipadamente		3	-	3	14	-	14
Outros ativos circulantes		121	-	121	115	17	98
		7.166	1.513	5.653	7.173	1.683	5.490
Ativo não circulante		374	-	374	399	-	399
Consumidores		12	-	12	11	-	11
Tributos compensáveis		-	(1.182)	1.182	-	(967)	967
Outros ativos não circulantes		865	-	865	863	-	863
Bens e atividades não vinculadas à concessão		5.066	4.209	1.657	5.851	4.148	1.705
Intangível		49	(1.514)	1.563	49	(1.496)	1.545
		5.381	1.513	6.894	8.483	1.700	6.783
Total do ativo		12.547	3.026	12.547	15.656	3.380	12.273
		2.016	-	2.016	-	-	-
Passivo		1.061	-	1.061	1.017	-	1.017
Passivo circulante		360	-	360	428	-	428
Fornecedores		1	-	1	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		87	-	87	43	-	43
Tributos		118	-	118	133	-	133
Provisão para litígios		21	-	21	33	-	33
Encargos setoriais		123	-	123	138	-	138
Passivos financeiros setoriais		327	-	327	222	-	222
Outros passivo circulantes		24	-	24	20	-	20
		427	-	427	413	-	413
Passivo não circulante		363	-	363	363	-	363
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		44	-	44	30	-	30
Obrigações vinculadas a permissão		-	-	-	-	-	-
		1.488	-	1.488	1.430	0	1.430
Total do passivo		2.549	-	2.549	2.447	-	2.447
Patrimônio líquido		269	-	269	261	-	261
Capital social		3.516	1.513	2.003	3.688	1.682	2.006
Outros Resultados Abrangentes		3.096	-	3.096	3.073	1	3.072
Reserva de Sobras		12	0	12	31	17	14
Sobras a disposição da AGO		-	-	-	-	-	-
		6.893	1.513	5.380	7.963	1.700	6.363
Total do patrimônio líquido		8.381	1.513	6.894	8.483	1.700	6.783
Total do passivo e do patrimônio líquido		20.928	4.539	20.928	24.139	3.380	19.056

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

Conciliação Demonstração do Resultado

Notas	2016			2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	6.163	569	6.722	5.345	398	5.743
Fornecimento de energia elétrica	5.368	-	5.368	4.670	(83)	4.587
Serviços cobráveis	1	-	1	1	-	1
Doações, contribuições e subvenções	794	-	794	674	-	674
Outras receitas vinculadas	-	559	559	-	481	481
Tributos	1.227	-	1.227	1.040	-	1.040
ICMS	1.227	-	1.227	1.040	-	1.040
Encargos - Parcela "A"	657	-	657	545	-	545
Pesquisa e desenvolvimento - pd&d	14	-	14	19	-	19
Programa de eficiência energética - pee	14	-	14	19	-	19
Conta de desenvolvimento energético - cde	588	-	588	203	-	203
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - ifaes	7	-	7	6	-	6
Outros encargos	34	-	34	298	-	298
Receita líquida / Ingresso líquido	4.279	569	4.838	3.760	398	4.158
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	2.864	-	2.864	2.302	-	2.302
Energia elétrica comprada para revenda	2.020	-	2.020	1.509	-	1.509
Energia elétrica comprada para revenda - Pronta	82	-	82	78	-	78
Encargo de uso do sistema de distribuição	762	-	762	715	-	715
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.415	569	1.974	1.458	398	1.856
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	1.530	(559)	2.089	1.341	(484)	1.823
Pessoal e administradores	815	-	815	655	-	655
Material	154	-	154	132	-	132
Serviços de terceiros	254	-	254	260	-	260
Seguros	4	-	4	3	-	3
Perdas na alienação de bens e direitos	27	27	-	31	31	-
(-) Recuperação de Despesas	-5	-5	-	-1	-1	-
Tributos	21	-	21	27	-1	28
Depreciação e amortização	207	-	207	220	-	220
Gastos diversos da atividade vinculada	131	(445)	576	80	(385)	475
Outras receitas operacionais	109	-109	-	88	(88)	-
Outras despesas operacionais	31	(27)	58	20	(30)	50
Resultado da Atividade	-115	-	-115	117	-85	33
Resultado financeiro	165	-	165	15	1	14
Receita financeira	208	-	208	90	0	90
Despesas financeiras	53	-	53	75	1	76
Resultado Antes dos Impostos Sobre as sobras	40	-	40	132	(85)	47
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	40	-	40	132	(85)	47
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos asso	0,47			0,60		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

18.1. Consumidores

Não existem ajustes entre as práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não existem ajustes entre as práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária para o exercício de 2016.

Os ativos e passivos setoriais estão em concordância com o OPC 08.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a concessão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a concessão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado qualquer remuneração aos ativos financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER – COOPERMILA
75.568.154/0001-83

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Saldos no início do exercício	6.893	7.053
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(1.513)	(1.700)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	(1.513)	(1.700)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	5.380	5.353

Reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente da aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, que não é aceito na contabilidade societária.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2016	2015
Sobras (perdas) líquido conforme contabilidade societária	40	47
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	-	85
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	85
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	40	132

Ativos e passivos financeiros setoriais - o efeito é decorrente da realização de passivo financeiro proveniente do 1º ciclo de revisão tarifária periódica que não é aceito na contabilidade societária.

19. Formatação básica das notas explicativas

As notas explicativas da administração que integram estas demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência a legislação vigente e teve sua divulgação autorizada pelo Conselho de Administração e assembleia geral ordinária. Atendem satisfatoriamente aos princípios contábeis aplicados no Brasil as determinações da contabilidade regulatória com Dados expressos em, milhares de reais.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER - COOPERMILA**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador
CRC-SC 14.874/O-7 SC

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012 SC